

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

DAYANE PEREIRA MAGALHÃES

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL
"JOÃO XXIII"

MARIANA

2016

DAYANE PEREIRA MAGALHÃES

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL
"JOÃO XXIII"**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CURSO DE GRADUAÇÃO PELA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL.

ORIENTADORA: Prof.^a. MS. CARMEN GOMES MACEDO

MARIANA

2016

M188e Magalhães, Dayane Pereira.
A educação inclusiva e sua implementação na Escola Municipal [manuscrito]
/ Dayane Pereira Magalhães. – 2016.

85f.:

Orientador: Prof. Dr. Carmen Gomes Macedo.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Educação Inclusiva. 2. Deficientes. 3. Capitalismo. 4. Catas Altas. 5. Educação. I. Macedo, Carmen Gomes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III .
Título.

CDU: 376

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

“A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA
MUNICIPAL JOÃO XXIII”

Dayane Pereira Magalhães

Orientador (a): Carmen Gomes Macedo

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 12 / 08 / 2016



Esdras Tavares de Oliveira

(Membro da banca)



Grazielle Silva de Freitas

(Membro da banca)



Carmen Gomes Macedo

(Professor orientador)

Dedico esta monografia aos colegas de trabalho e as famílias dos alunos da Escola Municipal
“João XXIII”, da cidade de Catas Altas – MG.

AGRADECIMENTOS

Se hoje comemoro uma conquista, esta se deve àqueles que estiveram ao meu lado em todos os momentos, que fizeram de meus sonhos seus próprios objetivos e de meus objetivos sua própria luta. Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele nada seria possível.

Aos meus pais, Dinho e Elena, pela instrução, apoio, carinho, amor incondicional e por acreditarem no meu potencial. Eu amo vocês!

Ao meu irmão, Douglas pela amizade e tolerância. Mesmo nos momentos de desentendimento não deixa de demonstrar seu amor e carinho por mim.

Ao meu esposo Emerson pelo amor e respeito. Por ter me incentivado e acompanhado nessa caminhada.

A minha filha Maíra, que ainda em meu ventre, trouxe a reflexão sobre os desafios e as dificuldades do dia-a-dia, sobre a necessidade da busca contínua por condições e dias melhores, fazendo com que eu perseverasse na realização do sonho de ser Assistente Social.

A minha família, meus avós, meus tios e primos pela torcida imprescindível.

A minha orientadora e amiga Carmen Macedo por me incentivar sempre na produção desta pesquisa, instruindo e apoiando nas mais diversas situações.

Aos meus amigos pelo companheirismo e momentos de descontração. Em especial aos meus amigos Vanessa Fleury, Daniely Magalhães, Kelhy Souza e Wagner Jerônimo que através dos obstáculos se mostraram amigos fiéis. Além de serem prestativos mesmo ocupados com suas tarefas.

Aos mestres do curso de Serviço Social da UFOP que me instruíram com seus ensinamentos e fazendo despertar ainda mais o gosto pela profissão.

As minhas supervisoras de estágio Kátia Sousa e Renata Mageste por dividirem comigo a experiência e a realidade da atuação profissional.

Aos colegas de trabalho que contribuíram para o meu crescimento, tanto profissionalmente quanto pessoalmente.

Aos entrevistados que se disponibilizaram e tiveram boa vontade em contribuir respondendo às entrevistas, fornecendo informações indispensáveis para a realização desta pesquisa.

À população catas-altense por saber da importância da qualificação profissional e desta forma custear com o transporte intermunicipal que me foi útil ao longo desta caminhada.

Todos vocês são muito especiais para mim. A todos muito obrigada!

Apreendi com o Mestre dos Mestres que a arte de pensar é o tesouro dos sábios. Apreendi um pouco mais a pensar antes de reagir, a expor - e não impor - minhas ideias e a entender que cada pessoa é um ser único no palco da existência.

Apreendi com o Mestre da Sensibilidade a navegar nas águas da emoção, a não ter medo da dor, a procurar um profundo significado para a vida e a perceber que nas coisas mais simples e anônimas se escondem os segredos da felicidade.

Apreendi com o Mestre da Vida que viver é uma experiência única, belíssima, mas brevíssima. E, por saber que a vida passa tão rápido, sinto necessidade de compreender minhas limitações e aproveitar cada lágrima, sorriso, sucesso e fracasso como uma oportunidade preciosa de crescer.

Apreendi com o Mestre do Amor que a vida sem amor é um livro sem letras, uma primavera sem flores, uma pintura sem cores. Apreendi que o amor acalma a emoção, tranquiliza o pensamento, incendeia a motivação, rompe obstáculos intransponíveis e faz da vida uma agradável aventura, sem tédio, angústia ou solidão. Por tudo isso Jesus Cristo se tornou, para mim, um Mestre Inesquecível.

Augusto Cury

RESUMO

O presente trabalho aborda sobre a Educação Inclusiva, percorrendo o modo de produção capitalista, a luta de classes, a conquista dos direitos para a pessoa com deficiência, a educação como mercadoria e a educação inclusiva, abordando os tipos de deficiência e as adaptações necessárias para uma inclusão efetiva. Baseado neste conteúdo foi realizada uma pesquisa na Escola Municipal “João XXIII”, em Catas Altas - Minas Gerais, identificando os desafios e conquistas encontrados no processo de efetivação deste modelo educacional. A análise de dados, apontou o que fora abordado e defendido por autores como GLAT (2007), CORREIA (2011), MANTOAN (2003) et al. Tais entrevistas juntamente com o referencial teórico visam expor a aplicação do modelo da Educação Inclusiva na Escola Municipal “João XXIII” no distrito de Morro D’Água Quente, na cidade de Catas Altas, com o objetivo de compreender esse modelo educacional, com as suas possibilidades limites. Após essas abordagens concluiu-se que uma educação emancipadora só é possível em uma sociedade para além do capital e que desta forma, somente nesta sociedade, as políticas sociais se findariam devido á inexistência do modo de produção capitalista e conseqüentemente das expressões da questão social.

PALAVRAS – CHAVE: Educação inclusiva – Pessoas com deficiência – Capitalismo – Educação.

ABSTRACT

This paper discusses on Inclusive Education, covering the capitalist mode of production, the class struggle, the conquest of rights for the disabled, education as a commodity and inclusive education, addressing the types of disabilities and the necessary adaptations to effective inclusion. Based on this content a search was conducted at the Municipal School "John XXIII" in Catas Altas - Minas Gerais, identifying the challenges and achievements found in the process of realization of this educational model. Data analysis, pointed out what was discussed and defended by authors such as GLAT (2007), CORREIA (2011), MANTOAN (2003) et al. These interviews with the theoretical aim to expose the implementation of the inclusive education model at the Municipal School "John XXIII" in Morro D'Hot Water district in the city of Catas Altas, in order to understand this educational model, with its limits possibilities. After these approaches concluded that an emancipatory education is possible only in a society beyond capital and that in this way, only in this society, social policies are would end due to the absence of the capitalist mode of production and hence the expressions of the social question.

KEY - WORDS: Inclusive Education - People with disabilities - Capitalism - Education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAMR- American Association for Mental Retardation (Associação Americana de Retardo Mental)

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

AVD- Atividades da Vida Diária

CCTV – Circuito Fechado de Televisão

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNEE- Centro Nacional de Educação Especial

dB – Decibéis

DMU- Deficiência Múltipla

DSM-IV - Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais - Quarta Edição

EJA – Ensino para Jovens e Adultos

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ICSA – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

IHA – Instituto Helena Antipoff

LDA- Learning Disabilities Association of América (Associação Americana para Distúrbios de Aprendizagem)

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério de Educação e Cultura

ONU- Organização das Nações Unidas

PC – Paralisia Cerebral

PCN’S- Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEBRAE -Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SME – Secretaria Municipal de Educação

TDAH- Transtorno do Déficit de Aprendizado e Hiperatividade

TID – Transtorno Invasivo do Desenvolvimento

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

Introdução	11
1 – Capitalismo, Deficiente e Educação	16
1.1 – Divisão de classe: o lumpemproletariado	16
1.2 – Legislação e evolução do trato ao deficiente	20
1.3 – Educação no Capitalismo	22
2 – Educação Inclusiva	25
2.1 – A educação inclusiva	25
2.2 – Adaptações curriculares	28
2.3 – Acessibilidade ao currículo	30
2.4 – Tipos de deficiência e adaptações necessárias para o atendimento	32
3 – A implementação da Lei na Escola Municipal “João XXIII”	48
3.1 – Caracterização da Instituição, funcionários e discentes	48
3.2 – Sobre a educação inclusiva na escola	51
3.3 – Análise dos Dados	59
4 – Considerações Finais	72
APÊNDICE A	76
APÊNDICE B	78
APÊNDICE C	80
APÊNDICE D	82
Referências Bibliográficas	83

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como proposta solucionar algumas inquietações que foram apresentadas desde o início da formação acadêmica e ao trabalho exercido por mim como secretária escolar na Escola Municipal “João XXIII”, em relação à inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. A partir do contato com as políticas públicas da educação e o conflito com a garantia dos direitos das pessoas com deficiência nesta política presentes na instituição em questão, motivou o desenvolvimento deste estudo no qual irei abordar através do conhecimento e experiência adquiridos.

A educação inclusiva é a base para o desenvolvimento das pessoas com deficiência, tanto na educação quanto para a vida, pois é através desta inclusão que essas pessoas que são extremamente discriminadas atualmente poderão ter e acessar uma condição mais igualitária como qualquer outro ser social dentro das relações capitalistas. É importante salientar que nos dias em que vivemos, essa seja uma questão que ainda não foi resolvida, porém estamos inseridos num sistema que exclui, discrimina, seleciona e brutaliza àqueles que são ‘julgados’ como “diferentes”. Esta exclusão é o resultado de uma metamorfose de conceitos, onde aqueles que sofrem com o desenvolvimento do capital se tornam cada dia mais excluídos de quaisquer áreas sociais. Baseado nisto, foi publicada a Lei 13.146/2015, de 06 de julho de 2015, que institui o estatuto da pessoa com deficiência para assegurar e promover condições de igualdade, exercício dos direitos e das liberdades fundamentais.

Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. (BRASIL. Lei 13.146/2015, artigo 4º, de 06 de julho de 2015)

Para entender como se dá o atendimento dos alunos com deficiência na Escola Municipal “João XXIII” é feita em um primeiro momento, uma observação dessa realidade, com o objetivo de melhorar o atendimento a essas crianças no ensino regular, agindo de modo a respeitar e garantir os direitos não dispostos desde os primórdios, visto que essa parte da população foi excluída da sociedade. É importante destacar que essa pesquisa busca expor a relação da formação de profissionais da estruturação escolar, do projeto político pedagógico, dos recursos e outros, para atender a essa demanda.

Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e

os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele! (MANTOAN, 1999)

O presente trabalho é composto por três capítulos, no qual o primeiro faz uma breve abordagem sobre os desdobramentos do capitalismo e conseqüentemente a divisão de classes que existe neste sistema de produção. O lumpemproletariado é abordado como parte excluída da sociedade e que sofre com os resquícios desta imposição até hoje. Os deficientes, assim como as crianças indigentes e os doentes, eram tratados como inaptos á venda da força de trabalho e assim dependentes do Estado para se manterem. Além disso, será abordado como a educação é vista nos moldes do sistema capitalista.

No segundo capítulo, tratamos sobre a Educação Inclusiva e as adaptações necessárias para uma total efetividade da política educacional em questão quais são as deficiências e os obstáculos a serem enfrentados nesse processo, que visa apenas o lucro e apra a constante e crescente mais – valia que a cada dia brutaliza e aliena a vida de diversos seres sociais.

No terceiro momento, será apresentado o objeto de pesquisa, a Escola Municipal “João XXIII” do município de Catas Altas – Minas Gerais; o público alvo atendido na instituição; o projeto político pedagógico e as adaptações propostas neste espaço para a Educação Inclusiva, além de apresentar a análise das entrevistas, sendo o recurso utilizado para obter um resultado verídico dos fatos em questão, baseadas no referencial teórico exposto nesta pesquisa juntamente com a experiência adquirida, pois teoria e prática se correlacionam constantemente.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a aplicação do modelo da Educação Inclusiva na Escola Municipal “João XXIII” no distrito de Morro d’Água Quente, na cidade de Catas Altas, observando os desafios e as conquistas para que este seja efetivado com sucesso nesta instituição.

Para conseguirmos resultados mais objetivos, traçamos eixos específicos para tal, como: a observação do papel da escola na inclusão de alunos com deficiências e as efetividades desta inclusão; as parcerias da escola com outras instituições que proporcionem o desenvolvimento destes discentes; a análise da viabilidade ou não da inserção de crianças com deficiência no sistema de ensino regular e os impactos dessa inclusão; o papel e o posicionamento das famílias dessas crianças perante o processo de inclusão; os desafios encontrados pelos profissionais da educação na efetivação dos direitos das pessoas com

deficiência; e explicitar a situação da Escola Municipal “João XXIII”, tanto pedagogicamente quanto estruturalmente, para o atendimento de crianças com deficiência; além de atentar para a formação dos docentes dessa instituição.

Este trabalho se justifica uma vez que trará contribuições positivas à Escola Municipal “João XXIII”, pois analisará o trato sobre a Educação Inclusiva expondo como estão ocorrendo às relações entre a coordenação pedagógica e os professores, sobre a coordenação pedagógica e as famílias, os professores e os alunos e até mesmo entre o corpo discente. Permitirá à escola que sejam feitas modificações com o objetivo de melhorar o desenvolvimento dos alunos e o reconhecimento das necessidades de cada parte desta instituição.

Aos profissionais do Serviço Social, oferta-se a possibilidade de reflexão no que tange os princípios fundamentais do código de ética deste profissional, como o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. Além disto, apresenta ao Assistente Social situações que podem ser vistas neste campo de atuação e como o exercício profissional no âmbito da educação pode contribuir para garantir as mesmas condições de desenvolvimento a todos.

Para o meio acadêmico, será conteúdo para ampliar as discussões acerca da educação inclusiva e a forma na qual está sendo representada no sistema de produção capitalista. Em âmbito social, apresentará os desafios enfrentados para a efetivação desse sistema de ensino, instigando-a reivindicar aos setores públicos e privados que não se estagnem e descumpram as Leis.

Enfim, as considerações para a conclusão desse trabalho irá abordar os resultados obtidos após a pesquisa e o conteúdo abordado durante a formação acadêmica, tendo em relevância a efervescência entre ambos, pois prática e teoria se correlacionam constantemente podendo trazer benefícios em prol de diversas questões, que são extremamente veementes ao cotidiano do ser social e a correlação capital *versus* trabalho.

1 –CAPITALISMO, DEFICIENTE E EDUCAÇÃO

1.1 –Divisão de classe: O lumpemproletariado

Na história da sociedade capitalista, a sociedade é dividida em duas classes fundamentais: o proletariado e os capitalistas. O proletariado tinha uma “subdivisão”, os segmentos, onde se encontra o lumpemproletariado, que é a parte da sociedade que não fazia parte do processo de produção de mercadoria para a geração da mais valia. Nesse segmento estão mendigos, crianças indigentes, idosos e os deficientes. Com a evolução sócio histórica, observa-se uma mudança em relação a essa camada da sociedade.

O lumpemproletariado era classificado dessa forma devido à incapacidade para vender sua força de trabalho, tornando-se dependente do Estado para a sobrevivência. Portanto, essa parte da sociedade era considerada a mais baixa.

Através do livro O Capital, Marx expressa sobre o lumpemproletariado:

Finalmente, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. Basta apenas observar superficialmente a estatística do pauperismo inglês e se constata que sua massa se expande a cada crise e decresce a toda retomada dos negócios. Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Ele pertence ao *faux frais* da produção capitalista que, no entanto, o capital sabe transferir em grande parte de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média. (MARX. 1985, p. 199).

Dependente do Estado, essa parte da sociedade foi “excluída”, fato que gerou, até hoje, impasses no convívio social. Ainda assim, nesta posição excludente, o mesmo é capturado duplamente pela sociedade capitalista em uma posição marginalizada e como consumidor (mesmo sendo marginal), pois o capital utiliza-se de meios para que a crescente e constante mais – valia nunca fique estagnada, entretanto, nem os ditos “excluídos” ficam fora do alcance deste sistema.

Para analisarmos o contexto histórico da política de inserção de pessoas com deficiência no ensino regular privado ou público, é necessário que entendamos a evolução do sistema capitalista. Neste contexto há vertentes de exploração do trabalho; extração da mais – valia; concentração e centralização do capital; acumulação; pauperismo; desemprego; divisão de classes e divisão social do trabalho. E no desenvolvimento deste sistema há a intensa necessidade de controlar a classe trabalhadora, sendo a disciplina e a norma meios para manter essa classe trabalhadora atuante, que eram brutalizados e aceitavam todas as precárias condições de trabalho para sobreviver.

Marx e Engels (2009) definem o trabalho como o primeiro ato histórico, ação por meio da qual os homens satisfazem e criam as suas necessidades, produzindo sua vida material, o que permite o desenvolvimento da sua vida sócio subjetiva. (MACEDO, 2015, p. 20).

Para Marx (apud Tonet, 2013, p. 2,3.) o trabalho é o ato ontológico fundamental do ser social. Isto porque o trabalho contém em si os elementos que fazem dele a mediação responsável pelo salto ontológico do ser natural para o ser social. (...) O trabalho é uma determinação ineliminável do ser social, pois é através dele que o homem realiza o seu intercâmbio com a natureza. Que o trabalho se realize sob forma primitiva, asiática, escrava, feudal, assalariada, associada ou qualquer outra, em nada altera o fato de que ele permanece uma determinação humana especial. (...) Deste modo, é historicamente falso confundir trabalho com trabalho gerador de valores – de – troca e pressupor que esta forma de trabalho é uma determinação essencial do ser social.

Na história da humanidade, em qualquer época, as pessoas necessitam satisfazer as suas necessidades básicas como, por exemplo, vestuário, alimentação e moradia. Estes buscam recursos na natureza para satisfazerem suas necessidades. Esta dinâmica é a do trabalho, sendo um movimento constante e ininterrupto. E esse processo se dá de forma coletiva estabelecendo as relações sociais que nos leva a compreender o Ser Social. A este conjunto se dá o nome de produção material da vida, ressaltando que o trabalho não dignifica

o homem, pois não é só o trabalho que constitui o ser social, o trabalho é o ponto central, porém, existe um conjunto de ações, objetivações por detrás deste contexto.

O trabalho dá a capacidade de observar as outras ações humanas que constituem o ser social, denominado Práxis, objetivações humanas como a arte, filosofias, sexualidade e ciência, se emancipando cada vez mais, enriquecendo a sua subjetividade.

(...) o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. (MARX, 1867, pág.211).

Na análise marxista a produção material da vida na ordem do capital leva à morte do ser social leva-os a ter uma vida miserável na qual ficam subordinados a este sistema. Ressaltando que essa produção de capital visa atender os interesses do capitalista que são indivíduos materialistas em prol da produção constante de valor e capital exacerbado.

A produção de mercadoria extrai do trabalhador a força de trabalho em níveis máximos, a fim de acumular riqueza ao dominante capitalista. No interior do modo de produção capitalista, a produção generalizada de mercadorias ocupa o centro da vida econômica, tendo o modo de produção fundado na exploração do trabalho. A mercadoria representa mais que uma forma de um produto, a mesma é uma forma de sociabilidade humana, no qual as relações de satisfação das necessidades não são diretas e sim mediadas pelo mercado. Sendo que, o capitalista continue sempre a buscar a valorização de seu capital para que possa abranger quanto mais mercado possível, ou seja, o capitalista tem a necessidade de se apropriar de um quantum progressivamente maior de mais – valia com a produção de mercadorias. Neste contexto, observa-se a sociedade de classes, na qual, a apropriação da riqueza divide e exclui parte da população. Essa parte que comanda o processo produtivo acumula o excedente desta produção.

No processo de produção capitalista, o produto excedente não pago pelos capitalistas é o que gera a burguesia a mais – valia. É aí que vemos através dos escritos de Marx (1996) que quanto mais o capitalista acumula riqueza, a pobreza assume níveis proporcionais. Esta é a lei geral da acumulação.

A lei da produção capitalista, que serve de base à pretensa lei natural da população, reduz-se simplesmente ao seguinte: a relação entre capital, acumulação e salários é apenas a relação entre o trabalho gratuito que se transforma em capital e o

trabalho adicional necessário para pôr em movimento esse capital suplementar. Não é de modo nenhum uma relação entre duas grandezas independentes entre si, de um lado a magnitude do capital, do outro o número dos trabalhadores; em última análise, é apenas a relação entre trabalho não pago e trabalho pago da mesma população trabalhadora (MARX, 1996, p. 721).

O capitalista utiliza o capital para obter mais capital. Isto ocorre porque parte deste dinheiro é investido no capital constante, que são as máquinas e móveis; e a outra parte é inserida para o capital variável, sendo a força de trabalho, que são os trabalhadores que vendem a sua força para sobreviver. Cada vez mais o capitalista faz com que supere a produção anterior, gerando mais capital a ser apropriado nesta produção constante. Nesse processo, o indivíduo não tem valor de ser humano como um todo e apenas como força de trabalho. Para tal desenvolvimento dessa produção, são utilizadas algumas estratégias, como: aumento das horas trabalhadas, redução dos salários e diminuição no quadro de funcionários, além da inovação tecnológica que reduz cada vez mais a proporção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

No “Manifesto do Partido Comunista”, Marx e Engels (2008, pág. 8) afirmam que “a história de toda sociedade até agora tem sido a história da luta de classes [...]”, nesse contexto podemos basear os desafios encontrados pela parcela excluída da população, no qual o Estado fora criado para amenizar as contradições entre as classes, mas ele é regido a fim de priorizar a classe dominante e atender aos interesses do grande capital.

O manifesto é fruto de um agrupamento de comunistas, que se chamava Liga dos Comunistas, apresentando tendências da ordem burguesa e a sociedade comunista que faz parte do grupo de trabalhadores que vendem a sua força de trabalho por um irrisório salário.

As pessoas com deficiências, indivíduos em questão neste trabalho, pertencem a essa população excluída do processo produtivo, lumpemproletariado, que era a camada mais baixa da sociedade. Estes eram tratados como incapazes de vender sua força de trabalho para a produção de mercadoria e subsequentemente a produção de mais-valia impossibilitando a acumulação de riquezas para o capitalista. Essa camada excluída é a expressão do pauperismo demonstrada através da "questão social", termo utilizado por Yamamoto e Carvalho:

A questão social não é senão as expressões do processo e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77).

A gênese da questão social está na produção e reprodução ampliada do capital, na contradição capital versus trabalho, no ‘aguçar’ da acumulação capitalista; que possui duas vertentes é direcionado sob dois eixos. Nesta composição temos cada vez mais capitalistas ricos e acumulando constantemente, na outra vertente, uma proporção de trabalhadores assalariados.

Através da Lei Geral da Acumulação Capitalista temos que a gênese da questão social está na apropriação exacerbada de riqueza pelo capitalista e em medida proporcional está a miséria dos trabalhadores.

O pauperismo salienta esta divisão entre ricos e pobres; exacerbando cada vez mais o antagonismo de quanto mais se gerar riqueza, mais irá se gerar pobreza, pois uma necessita da outra para existir. Ressaltando que a escassez que gera o pauperismo, não expressando sozinha a questão social, mas é um elemento da mesma. Do pauperismo que surge o termo questão social, que Marx e outros autores irão denominar como ‘questão operária’. É relevante destacar, que as expressões da questão social torna-se o objeto de trabalho do Assistente Social até os dias atuais.

A questão social não se estabelece apenas a partir da sua gênese, mas também devido aos seus desdobramentos sócio-políticos (âmbito político, social, cultural e histórico). A classe trabalhadora começa a se manifestar, a exigir os seus direitos, e com este posicionamento o Estado possui caráter repressor, pois ele visa principalmente os interesses da burguesia. Mas com o desdobramento dessas manifestações de classe e com a Revolução Burguesa, o Estado se promulga a outra posição, o consenso, pois estes trabalhadores vão tomando espaço e força no âmbito político.

Na contemporaneidade, temos ainda outros parâmetros como a financeirização (abertura para novos mercados; terceirização financeira a partir da produção); a acumulação flexível (reduzir custos para aumentar a produtividade); a relação Estado e sociedade civil (mais recursos para o Estado e menos para a sociedade em relação aos gastos orçados e implementação de políticas sociais por via Estatal) e a sociabilidade (cada um é responsável por si e não o sistema posto). (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983). Enfim, não existe uma nova questão social, está introduzida a sua gênese.

1.2 – Legislação e evolução do trato ao deficiente no Brasil

Nessa evolução sócio histórica, observamos que as pessoas com deficiência eram tratadas em hospitais e ambientes assistencialistas. Com o estudo dessa questão pelos médicos,

percebe-se a necessidade da questão educacional que ocasiona na criação de escolas para atender a esses casos. Mas com a falta de conhecimento sobre essas deficiências ficavam a encargo da família os cuidados dessa população.

A partir da década de 40, foi criado o termo para designar essa parte da população, eram os “excepcionais”. Observa-se a necessidade de criação de entidade para o atendimento a esses casos. São criadas na década de 50 algumas entidades como Sociedade Pestalozzi de São Paulo (1952) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Rio de Janeiro (1954), que são influentes até hoje.

Essas associações pressionaram o poder público para que incluísse uma lei que garantisse a “educação especial”. Lei apresentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961. A criação de entidades como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Rio de Janeiro (1954) lutam pela criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que dispõe sobre a “educação especial”, conforme exposto no artigo 2º que diz: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. (LDB nº 7.853, de 24 de outubro de 1989)”.

Com o passar do tempo percebe-se a presença de pessoas com deficiência em diversos ambientes, fato que demonstra a participação destes na sociedade e não ficam reclusos nas entidades especializadas ou no âmbito familiar. Em 1981, encerra a era do silêncio dos deficientes com o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD), com a palavra conscientização para demonstrar a sociedade os anseios de inclusão dessa camada. Esse processo no Brasil foi marcado por exclusão e passando por integração em ambiente especializado. Em 1989, é implantada a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 que dispõe sobre as pessoas com deficiência na sociedade brasileira.

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. (Lei Nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989.).

Nesta lei, estão direitos como: a inserção de pessoas com deficiências capazes de se integrarem no ensino regular, sendo público ou privado. Entretanto, essa situação ainda causa inquietações na sociedade que ainda exclui e age com preconceito com as pessoas com deficiências inseridas no ensino regular.

1.3 – Educação no Capitalismo

Conforme Tonet (2013), muitas críticas em relação à educação são feitas quanto à desatualização da mesma, visto que as transformações no mundo do trabalho estão muito aceleradas. Para tratarmos sobre a educação nos dias atuais é importante abordar sobre a relação educação versus crise, na qual afeta não só a economia como diversos setores, bem como a educação. A educação, portanto, assume novos papéis devido a este contexto de escassez. Buscam nela alternativas para sair da crise; transformando a educação em mercadoria, extraindo ao máximo do trabalhador para suprir essa necessidade.

O conhecimento, anteriormente passado aos trabalhadores, era limitado e não atingia o ser crítico do trabalhador. Com o avanço do modelo produtivo e da tecnologia tem-se a necessidade do trabalhador ser polivalente para superar a troca de emprego que se torna comum, pois o mercado já solicitava um trabalhador que pudesse exercer mais funções, com essa situação o capitalista poderia diminuir a quantidade de força de trabalho, reduzindo custo com mão – de – obra e propiciando mais investimento à sua produção.

Tonet (2013) expõe que técnicos da educação defendem duas vertentes como solução para esta crise na educação: visão conservadora e a visão progressista. A visão conservadora aposta na criação de leis para enfatizar a parceria entre escola e comunidade. Além disto, acredita-se que posterior à crise haverá uma nova fase de desenvolvimento que trará benefícios a sociedade.

A visão progressista é aquela onde se pensa na educação como formação de indivíduos, não só reprodutores da ordem social, mas sim formação de cidadãos. Entendendo que a educação seja emancipadora, com indivíduos críticos e que possam utilizar de suas reivindicações e movimentos para alcançar mais progresso a este âmbito educacional, ou seja, não serão apenas reprodutores desse sistema.

É fato que as duas ideias, a conservadora e a progressista, não atingirão o sucesso. A primeira, afirma Tonet (2013), porque supõe que esta crise seja de caráter conjuntural e que, uma vez ultrapassada, se abrirá um novo ciclo de bem – estar extensivo a toda humanidade. Além do mais, esta concepção de educação inteiramente voltada – apesar do discurso humanista – para a reprodução do capital, contribui poderosamente para a mais profunda desumanização do homem, uma vez que aceita e consolida o seu caráter de mercadoria e, portanto, aceita como um fato consumado a exploração do homem pelo homem.

Ainda de acordo com esse autor, a segunda visão supõe sem nenhuma base para demonstração e desconhecendo a lógica mais profunda do capital, a possibilidade de controle

e humanização deste, quando isto é impossível. A cidadania passa a ser compreendida como força que “liberta”, a relação de exploração do capitalista com o trabalhador, fazendo com que estes sejam indivíduos livres, iguais e proprietários. Mas a cidadania é a forma política de reprodução do capital e nunca a liberdade humana.

Começamos então a procurar o início da desigualdade social para por fim a esta. Tonet (2013) aponta que toda atividade educativa que pretenda contribuir para a formação de indivíduos efetivamente livres (...) deve ser como horizonte norteador a emancipação humana e não a emancipação política, da qual a cidadania é parte integrante. Portanto um homem livre e emancipado é aquele que tem a capacidade de produzir riquezas para satisfazer suas necessidades, fato que não acontece e não irá acontecer no capitalismo. Sabemos que a emancipação humana só é possível numa sociedade para além do capital, uma sociedade totalmente livre.

Nesta sociedade para além do capital, todos trabalharão na medida de suas necessidades sem ter alguém controlando a atividade trabalhista, ou seja, não serão mais alienados por essa ordem capitalista. Para isto, as forças produtivas deverão ser bem desenvolvidas já que a população será livre. O tempo livre é a medida da emancipação humana. Além disto, a educação é a mediação para a reprodução social. Portanto, de acordo com Tonet (2013), propor, hoje, uma “educação emancipadora” não pode passar da simples projeção de um desejo, de um discurso humanista abstrato. Em suma, pensar na educação brasileira baseada na cidadania crítica traz a educação alienada e perversa, além de elevar os níveis de reprodução social sendo bruta e desumana.

A emancipação humana contém pontos fundamentais, como uma ordem societária, livre e emancipada, na qual ocorra a crítica, a reflexão e a politização. É necessária essa nova reiteração da ordem social, na qual não irá se predominar a exploração e a alienação do trabalho, tendo todo movimento em prol da transformação da realidade em benefício da classe trabalhadora, buscando sempre uma sociedade cada vez mais emancipada em todos os setores, no qual não se fará mais jus a implementação de políticas sociais, pois as mesmas surgem devido a lei geral da acumulação capitalista que tem como consequência as expressões da questão social.

Portanto, nada acontece repentinamente, não é uma transformação tão acessível a tornar-se realidade facilmente, pois esta totalidade possui um significado sócio histórico: tudo é historicamente construído, nada é imposto ou ideado, cabendo, assim, o questionamento, a crítica e a ponderação de todo o arcabouço para que se apreenda a realidade e as contradições

nela existentes. É preciso entender as transformações e mudanças que as mesmas incidem no processo de produção e reprodução material da vida de toda a sociedade, polarizada por interesses de classes.

É necessário buscar essa emancipação, uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres, supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias, sendo que, sem essa erradicação é impossível a constituição de uma autêntica comunidade humana. E esta erradicação não significa, de modo algum, o aperfeiçoamento da cidadania, mas, ao contrário, a sua mais completa superação.

É importante ressaltar que a emancipação humana não é algo impossível, a mesma possui possibilidades de existir, o que irá acarretar o real acontecimento desta emancipação serão os movimentos sociais, a luta dos próprios seres sociais que podem e devem reivindicar por sua total liberdade, livre das mãos capitalistas. Contudo, sendo uma possível realidade, suas bases se encontram na materialidade do próprio ser.

Ressaltando, os profissionais de Serviço Social podem e devem apontar aos usuários o caminho da transformação social, isso sim depende da sua competência profissional, aproveitar os espaços, na sua prática profissional, que indiquem essa direção para uma sociabilidade livre e sem exploração.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.1 – A educação inclusiva

De acordo com Glat e Blanco (*apud* GLAT, 2007, p.19), a educação inclusiva era tratada anteriormente como um sistema paralelo e segregado ao sistema de ensino já existente. Esta educação era o atendimento especializado a pessoas com deficiência, distúrbios graves de aprendizagem e/ou comportamento, altas habilidades ou superdotação.

Com a evolução da ciência e das tecnologias foi necessário pensar em novas formas de educação escolar menos segregativas. Esse processo toma forma acelerada a partir da década de 90 com a criação da política da Educação Inclusiva em diversos países, inclusive no Brasil.

A política da Educação Inclusiva aborda um novo trato no que se refere às escolas, o ensino e a inserção das pessoas neste ambiente. Desta forma, a UNESCO (*apud* GLAT, 2007, p.20) expõe:

O princípio básico deste modelo é que todos os alunos independentemente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender as suas necessidades, pois se constituem como os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias e, como consequência, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. (UNESCO, 1994).

Apesar desta exposição da UNESCO (1994), o que vemos na prática é um modelo educacional que fora criado a fim de amenizar as disparidades educacionais que não se realiza, devido à entrega dessa responsabilidade por parte do Estado para as famílias das pessoas com deficiências e as instituições. São criadas Leis que se objetivam a promover o consenso para a classe trabalhadora.

Educação Inclusiva é um modelo de educação que é possível o acesso e permanência de todos os alunos. Isto só é possível com a formação dos profissionais, melhor estruturação do ambiente e dos equipamentos escolares, além da modificação do projeto político pedagógico, metodologias e técnicas de ensino. Desta forma, o aluno não tem que se adequar ao ambiente escolar, mas o ambiente/ensino deve ser, a todo o momento, preparados para a inserção de pessoas com deficiência, favorecendo o desenvolvimento e a inclusão social destes.

Portanto, a escola com educação inclusiva difere-se da escola tradicional por objetivar-

se ao desenvolvimento de respostas educativas que atinjam todos os alunos. Estas respostas educativas são os “caminhos” encontrados para responder as necessidades apresentadas por esses alunos, sejam em particular ou num todo.

Essas respostas educativas incluem as salas de AEE. O professor de AEE deve acompanhar a trajetória acadêmica de seus alunos, no ensino regular, para atuar com autonomia na escola e em outros espaços de sua vida social. Para tanto, é imprescindível uma articulação entre o professor de AEE e os do ensino comum, de acordo com Mantoan et al (2010).

A Educação especial surgiu inicialmente como um modelo médico. Tratava os deficientes e suas dificuldades de aprendizado passível de tratamento terapêutico. Estes déficits constaram em exames médicos e psicológicos, entendidos como doença crônica. A educação escolar não era vista como necessidade para essas pessoas com deficiência. O trabalho educacional era em torno do cotidiano destes indivíduos. Alunos cegos e surdos que recebiam algum tipo de escolarização eram em instituições especializadas segregadas.

A institucionalização da educação especial no Brasil representou-se nos anos 70 com a preocupação do sistema educacional. Mas somente em 1973 foi criado um setor no Ministério da Educação e Cultura a fim de tratar e priorizar questões voltadas a Educação Especial. A partir daí começou a ser implantado nas redes públicas de ensino este novo modelo de educação, porém esse processo segue paralelo ao modelo de educação tradicional. Como tal implantação gera uma segregação é pensada a filosofia da Normalização “normalizar as condições de vida”. “A pessoa com deficiência pode se integrar na sociedade” é o novo pensar da Educação Especial.

O processo de redemocratização do país contribuiu para uma mudança significativa nas políticas públicas, sejam no atendimento aos usuários dos serviços, sejam nos serviços ofertados. Juntamente com o processo de redemocratização desenvolveu o sistema de Integração, no qual restringia o mínimo possível o ambiente escolar para pessoas com deficiência. Este modelo inseria o aluno com deficiência na classe regular e fazia atendimento paralelo na sala de recursos com um docente especializado. Ainda é questionada a segregação destes alunos no âmbito escolar e para tal a Constituição Federal de 1988 aborda no artigo 208 que alunos com deficiência sejam inseridos preferencialmente nas escolas de ensino regular. Porém, neste sistema da integração os alunos são dispostos ao aprendizado de atividades cotidianas tratando de um preparo para a entrada no ensino regular. As classes destes alunos passam a ser um depósito para alunos com problemas de aprendizagem e os

professores da sala de recursos e da turma regente não fazem as trocas de conhecimento sobre o atendimento destes alunos.

Somente com esses problemas apresentados é que surge a Educação Inclusiva, modelo de política educacional do país, amparado pela legislação da educação básica:

Art. 2º- Os sistemas de ensino devem matricular a todos os alunos cabendo as escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL. Resolução CNE/ CEB nº2 de 2001).

Na Educação inclusiva, as escolas são responsáveis para realizar as “transformações” necessárias para o atendimento às pessoas com deficiência. Infelizmente o sucesso desta proposta ainda é um desafio. Ao observarmos o fracasso no desenvolvimento destes alunos citados, conclui-se que isto está ligado, em grande escala, a forma no qual são ensinados. É importante destacar aqui que não estamos responsabilizando os docentes pela ineficácia desse modelo educacional, essa responsabilidade se deve ao Estado. Portanto, as necessidades educacionais são as manifestações de cada aluno que não aprende de acordo com o grupo referência, e a partir disto são utilizadas metodologias e recursos durante a trajetória escolar.

Além disto, conforme Nielsen (*apud* CORREIA, 2011, p.41) para que as crianças tenham uma experiência educativa compensadora, os pais têm de ser também envolvidos no processo de inclusão. O professor, antes da colocação da criança na classe regular, deve convocar reuniões com os pais e deve, igualmente, convidá-los a visitar a classe em questão. É de primordial importância abrir portas de comunicação com os pais.

É importante destacar que as deficiências são condições orgânicas e podem gerar necessidades educacionais especiais. Já a necessidade educacional especial é a interação do aluno com a proposta ou realidade educativa que é ofertado a ele, conforme documento da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (*apud* GLAT, 2007, p.33):

As necessidades educacionais especiais devem ser entendidas como interativas e relativas porque serão maiores ou menores por força do ambiente social e físico em que se dá a instrução e do sujeito concreto e único que interagem com o ambiente e com a proposta escolar. (SME-RJ, 1996, p.195; *apud* GLAT, 2007, p.33).

Um dos maiores desafios da educação inclusiva é a falta de formação dos docentes para atuar neste modelo de ensino, o que impede que alunos com necessidades educacionais

especiais progridam no que tange ao conhecimento. Enfim, a educação inclusiva é um processo progressivo e contínuo, e para tal é necessário que haja presença de pessoas com deficiência no espaço público; a participação que depende das condições ofertadas; e a construção de conhecimentos.

Mantoan (2004), a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional que todos independentes de suas necessidades, têm a uma educação de qualidade, e que a inclusão vai depender da capacidade de lidarmos com a diversidade e as diferenças.

Sobre o atendimento educacional especializado:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (MEC/SEESP. Portaria nº555 de 05 de junho de 2007).

Glat (2007) aponta a importância do trabalho da equipe multidisciplinar para o desenvolvimento de pessoas com deficiência. É imprescindível pensar no atendimento composto apenas por equipe médica ou somente por profissionais da educação, visto que a pessoa com deficiência precisa desenvolver as habilidades e suprir as necessidades causadas pela deficiência.

2.2 – Adaptações curriculares

Nesse processo, estão incluídas as adaptações curriculares. São modificações no currículo escolar para que ele se torne uma forma para o desenvolvimento dos alunos. São adaptações nos objetivos, conteúdos, metodologia, organização didática, nas estratégias de avaliação em busca da aquisição de conhecimentos.

Vários são os desafios encontrados para a efetivação das adaptações curriculares, como a falta de percepção do real enfrentado pelas pessoas com deficiência assim como a fragilidade dos currículos dos docentes para as adaptações necessárias a fim de oferecer um ensino de qualidade aos alunos. Esta fragilidade é representada também quando o docente afirma não haver diferenças entre a estrutura mental x aprendizagem desses alunos. Em contrapartida, os docentes que defendem as modificações curriculares afirmam que um currículo único exclui estes alunos com problemas de aprendizado.

Para a efetivação das adaptações curriculares depende de uma predisposição política para inclusão; um novo paradigma em educação e a preocupação com a educação plena. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, bem como diversos documentos regulamentadores do Ministério da Educação e Cultura demonstram a importância das práticas inclusivas, assim como as adaptações curriculares, modificações no projeto político pedagógico buscando o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Um currículo baseado no projeto político pedagógico assemelha-se com a identidade da instituição escolar.

Nestes documentos do MEC é proposto um quadro com adaptações curriculares significativas (grande porte) que dependem de ações de instâncias político administrativas superiores. Já as adaptações não significativas (pequeno porte) são ações que podem ser implementadas pelas instituições.

Essas adaptações curriculares devem ser pensadas no projeto político pedagógico escolar, nos planos de ensino dos professores e mudanças de ensino dos próprios docentes. Portanto, as adaptações curriculares são propostas a fim de favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos. Dentro dessas adaptações deve ser pensado também nas adaptações de acessibilidade. Para adequarmos o currículo é necessário avaliarmos as instituições, planejarmos ações, aplicar e sempre repetir o ciclo com o objetivo de atender todas as necessidades educacionais. Com isso, as adaptações devem envolver todos os profissionais da instituição, além dos demais profissionais que possuem competências afins. O currículo deve ser objetivo, de curto prazo, flexível para atender as condições de aprendizado dos alunos. O objetivo do currículo é então o desenvolvimento do aluno e não a quantidade de conteúdo passado a estes.

Nesse processo é importante tratarmos sobre as avaliações para os alunos com deficiência. É uma adaptação difícil visto que os obstáculos começam já na formação dos docentes, assim como as instalações, as condições de acessibilidade, as diversidades dos currículos, aos métodos utilizados para alunos deste grupo aprender, além de diversas

situações que acompanham o indivíduo como aspectos culturais, sociais, psicológicos.

Libâneo (*apud* GLAT, 2007, p.52) apresenta equívocos cometidos pela escola: avaliação como forma apenas de dar notas; caracterização da avaliação como forma disciplinar; avaliação sem ser contínua; e a avaliação para fins quantitativos e não qualitativos. É preciso deixar claro que o que se pensa para as adaptações curriculares não são aprovações indiscriminadas destes alunos com deficiência, mas que sejam feitas avaliações com critérios e flexibilidade, pensando nas diversidades.

2.3 – Acessibilidade no currículo

Quando abordamos a Educação Inclusiva é imprescindível tratar sobre a acessibilidade no currículo. Até hoje as pessoas com deficiência ainda sofrem com o impedimento do acesso a lugares públicos, aponta Marques (*apud* GLAT, 2007, p.57):

O não rebaixamento de guias, a não existência de rampas de acesso, portas demasiadamente estreitas, pias e vasos sanitários instalados em locais inacessíveis aos usuários de cadeira de rodas, objetos instalados em vias públicas sem qualquer esquema de identificação pelos cegos (telefones públicos, lixeiras, caixas coletoras de correspondências, dentre outros), a falta de elevadores e rampas de acesso a transportes coletivos (ônibus, trens, etc.), a ocupação indiscriminada das calçadas por bancas, mesas e barracas são alguns dos muitos obstáculos produzidos pelo próprio homem e que ainda hoje dificultam demasiadamente a locomoção de um grande número de pessoas (MARQUES, 1999/2000, p. 81; *apud* GLAT, 2007).

Desta forma, a acessibilidade passou a ser tema discutido em todo o mundo. Anteriormente, o termo acessibilidade não abrangia tudo o que competia a ele, mas de acordo com Camisão (*apud* GLAT, 2007, p.58), acessibilidade é tornar os ambientes mais inclusivos possíveis, promovendo condições de acesso à locomoção, comunicação, informação e conhecimento para todas as pessoas. A ONU recomenda que as políticas públicas sejam elaboradas pensando na acessibilidade através do conceito de Desenho Universal a partir de 1990.

Nacionalmente temos alguns aparatos da lei que dispõe sobre o assunto, como o Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, que define acessibilidade como:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistema e meios de comunicação e informação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Neste mesmo decreto o conceito de Desenho Universal está disposto, no artigo 8º:

Concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõe a acessibilidade.

Além das barreiras físicas, as pessoas com deficiência ainda enfrentam barreiras de outros tipos, como auditiva e visual. Estas barreiras geram exclusão social assim como as barreiras físicas. Publicações de livros, jornais, novelas, músicas adaptados ainda é precário. O que vem mudando essa situação é a tecnologia através de dispositivos, softwares e aplicativos.

Na maioria das vezes as instituições são preparadas para receber alunos que não possuem deficiências. E por isto, muitas pessoas com deficiências que já estão inseridas no sistema proposto por estas instituições acabam abandonando a escola. Este fato ainda é recorrente nas escolas mesmo que ainda a acessibilidade seja assegurada por leis e regulamentações, como a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2001) que rege em seu 12º artigo:

Os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras de comunicação, provendo as escolas de recursos humanos e materiais necessários.

No parágrafo deste mesmo artigo:

Para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infraestrutura definidos.

Para que a escola tenha a Educação Inclusiva efetiva são necessárias modificações dispostas na legislação nacional como as “*adaptações de acessibilidade ao currículo*” (BRASIL, 1998). Assim como as adaptações de pequeno e grande porte que estão dispostas em lei.

As adaptações de grande porte (BRASIL, 1998) são as rampas de acesso, piso não derrapante, barras nos corredores e corrimãos, banheiros adaptados, portas suficientemente grandes para passar cadeira de rodas, assim como a sinalização e iluminação dos ambientes, conforme BRESH (*apud* GLAT, 2007, p.62).

Já as adaptações de pequeno porte (BRASIL, 1998) são as ajudas técnicas ou tecnologias assistivas. Essas ajudas podem ser tecnológicas ou não. São vários os recursos pedagógicos como os livros transcritos em Braille, o intérprete de línguas de sinais, bem como a capacitação do professor e demais colegas nessa língua. No Brasil, a oferta do curso de Libras tem sido crescente nas instituições. (*apud* GLAT, 2007, p.63).

As ajudas técnicas ou tecnologias são modificações que podem ser executadas pelos professores como expõe PELOSI (2007) e BRESCH (2007) (*apud* GLAT, 2007, p.64): engrossar ou fixar com emborrachados ou extensores lápis, canetas e materiais usados para escrever, pintar, colorir, facilitando a apreensão e a coordenação motora específica para essas atividades, fazer suporte de madeira para livro em cima da carteira em uma altura adequada; projetar um assento e um encosto na cadeira que permitam estabilidade postural e favoreçam o uso funcional das mãos.

Essas barreiras físicas afetam no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, portanto é necessário que as adaptações sejam feitas com o intuito da garantia do desenvolvimento destes alunos.

2.4 - Tipos de deficiência e adaptações necessárias para o atendimento

✓ Identificação das dificuldades e dos distúrbios de aprendizagem

Na educação, o processo de identificação das dificuldades e dos distúrbios de aprendizagem tem um papel importante no “sucesso” dos alunos. O acréscimo no índice de matrículas nas escolas é proporcional ao acréscimo dos “fracassos” na escola. Cabe ao professor, juntamente com a equipe escolar e avaliação clínica, diagnosticar os distúrbios de aprendizagem a fim de garantir o desenvolvimento do aluno na escola.

Para que a aprendizagem ocorra efetivamente é preciso entender o sujeito, levando em

consideração o meio sociocultural em que ele está inserido. De acordo com Weiss e Cruz (*apud* GLAT, 2007, p. 71):

O sujeito que aprende, que está em processo de construção de seu conhecimento, em aprendizagem formal e informal, não é determinado somente pelo seu potencial cognitivo. Ele é constituído na articulação entre seu aparelho biológico, suas estruturas psico-afetivas e psico – cognitiva, nas interações com o meio social do qual faz parte e onde está inserido.

Entendendo o sujeito aprendente dessa forma, compreendemos suas dificuldades (perturbações, problemas de aprendizagem, fracasso escolar), dentro da pluricausalidade dos fenômenos (...) (p.42).

No processo de aprendizagem, a falta de atenção e a dificuldade de aprendizagem podem estar relacionadas a fatores psicológicos, bem como demais fatores ao redor deste aluno. Os distúrbios de aprendizagem podem ser amenizados de acordo com as condições oferecidas a esses alunos para a aquisição de conhecimento. Estes alunos com distúrbios de aprendizagem sofrem por não terem características físicas/ visuais, mentais ou comportamentais que “justifiquem” o fracasso escolar e podem ser confundidos como pessoas com deficiência mental.

De acordo com a Learning Disabilities Association of América LDA (Associação Americana para Distúrbios de Aprendizagem)(*apud* GLAT, 2007, p. 73), um distúrbio de aprendizagem é um transtorno neurológico que afeta um ou mais processos psicológicos envolvidos na compreensão ou no uso da linguagem falada ou escrita, que pode se manifestar em uma dificuldade de ouvir, organizar o pensamento, ler, escrever, soletrar ou calcular.

São alguns distúrbios de aprendizagem conforme Weiss e Cruz (*apud* GLAT, 2007, p.74 e 75):

- **Dislexia:** dificuldade no aprendizado da leitura e da escrita, como a dificuldade em memorizar sequência, em orientação direita/esquerda e em organização espaço – temporal.
- **Disgrafia:** no DSM-IV (1994), aparece como transtorno da expressão escrita. A habilidade escrita está abaixo do nível esperado para idade cronológica, escolaridade e inteligência, associado ou não ao transtorno de leitura.
- **Disortografia:** trocas de natureza ortográfica, aglutinações, fragmentações, inversões e omissões.

- ***Discalculia***: é a dificuldade em lidar com cálculos, numerais e quantidades.

- ***Transtorno do processamento auditivo central***: diz respeito a habilidades como: localizar fonte sonora, memorizar, discriminar, associar ou prestar atenção a sons. Também podem ter problemas de fala e alterações na leitura e escrita.

- **O *Transtorno do Déficit da Atenção e Hiperatividade (TDAH)*** possui um diagnóstico difícil por ser clínico e composto de diversas etapas e com fatores que podem ser agravantes, como questões afetivo-familiares. Este distúrbio é dividido em três subtipos: predominantemente desatento, predominantemente hiperativo/impulsivo e tipo combinado.

Para o trabalho com esses alunos com distúrbios de aprendizado é preciso que o professor inove e crie alternativas pedagógicas a fim de atender essas demandas específicas. Uma boa alternativa é a realização de atividades por projetos, em pequenos grupos. Assim é possível que cada grupo apresente suas inquietações de modo que o professor consiga atender diversas demandas. Para Rogers (*apud* GLAT, 2007, p. 77), a aprendizagem é significativa quando o aluno pode perceber as situações como problemáticas.

Portanto, diversificar as formas de fazer as atividades como os recursos tecnológicos, por exemplo, desenvolvem áreas cerebrais e auxiliam na escrita.

Desta forma, as adaptações pedagógicas podem facilitar o aprendizado dos alunos com distúrbios de aprendizado, não significando então que as atividades para estes precisam ser mais fáceis. Entre essas adaptações, conforme Weiss e Cruz (*apud* GLAT, 2007, p.80) podem ser: atividades divididas em intervalos menores, bem sinalizadas e com previsibilidade do que acontecerá, podendo ser escritas em pequenas agendas em suas mesas; o direito de dispor de local alternativo para provas ou trabalhos que demandem maior concentração, com um tempo maior para sua execução.

✓ **Deficiência mental**

Assim como os alunos que possuem distúrbios de aprendizado, o ensino para pessoas com deficiência mental tornou-se possível nas “escolas regulares” através de políticas educacionais mais abrangentes.

Há pouco tempo o ensino para essas pessoas com deficiência eram feitos por escolas especiais na responsabilidade de professores especializados, mas que era uma prática segregativa. Veio carregado também de estereótipos como o que dizem que pessoas com deficiência mental não tem capacidade de aprender.

Segundo o Instituto Helena Antipoff (SME/IHA/RJ, *apud* GLAT, 2007, p. 84):

Alunos com deficiência mental apresentam um padrão diferenciado de desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor; possuem uma diferença nos processos evolutivos de personalidade; têm dificuldades na capacidade de aprender, na constituição de sua autonomia e nos processos de relação com o mundo, pois sua forma de organização apresenta-se de maneira qualitativamente diferente de seus pares da mesma idade, o que lhe faz peculiar em sua forma de perceber o estar no mundo (*apud* MAGALHÃES, 2000, p.3).

É preciso considerar que este grupo utiliza um tempo maior que outros alunos da mesma faixa etária para realizar as atividades. Ainda é carregado de rótulos muitas vezes por parte da própria escola.

O conceito de deficiência mental mais divulgado no Brasil e adotado nos documentos oficiais (BRASIL, 2005c; 2005d, entre outros) tem como base o sistema de classificação da American Association for Mental Retardation (AAMR, 2002)- Associação Americana de Retardo Mental como o que segue, deficiência mental é caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual global, acompanhadas por dificuldades acentuadas no comportamento adaptativo, manifestadas antes dos dezoito anos de idade.(*apud* GLAT, 2007, p. 86).

A AAMR (*apud* GLAT, 2007, p.86) caracterizou a deficiência mental com uma dimensão envolvendo áreas: habilidades intelectuais; comportamento adaptativo; participação, interação e papel social; saúde; e contexto (AAMR, 2006; CARVALHO &MACIEL, 2003; ALMEIDA, 2004; ALONSO, 2006; 2006a).

O Sistema de Apoio proposto pela AAMR (*apud* GLAT, 2007, p.89) refere-se a apoios que auxiliam no desenvolvimento do aluno com deficiência mental. Estes são de dois tipos: naturais e serviços.

Os apoios naturais são aqueles utilizados pela pessoa com deficiência em situações corriqueiras como no seio familiar, como o apoio dos pais para o desenvolvimento de atividades domésticas. Já os apoios em serviços são aqueles utilizados estrategicamente por profissionais das diversas áreas que propiciem maior desenvolvimento á essas pessoas.

É importante destacar que as pessoas diagnosticadas com deficiência mental não possuem

o mesmo nível de desenvolvimento e precisam de estímulos diferentes para atingir o conhecimento. Portanto, cada escola precisa traçar o caminho a ser seguido para atingir os objetivos esperados.

Quando tratamos de inserção destes alunos nas turmas deparamos com o obstáculo da idade-escolaridade. Conforme a proposta da Educação Inclusiva recomenda-se que os alunos participem de grupos com idades semelhantes para que o desenvolvimento social e cognitivo aconteça.

Para que o aluno com deficiência consiga cumprir atividades propostas é necessário estabelecer prazos e formas diferentes para que isto se torne possível. Para isso, as propostas pedagógicas devem priorizar atitudes, habilidades, conteúdos e objetivos diversificados que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e social de todos os alunos. Além disto, a linguagem deve ser utilizada de acordo com a necessidade apresentada por estes.

De acordo com Braun (*apud* GLAT, 2007, p. 96) uma das possibilidades para a participação de todos é o sistema de tutoria por pares no qual um aluno mais adiantado auxilia o colega que ainda está elaborando o conceito em foco na atividade. Além desta possibilidade, os cantinhos nas salas como os de leitura, de artes também favorecem o atendimento de diversas necessidades.

Independente do recurso utilizado, o posicionamento do aluno com deficiência na sala de aula bem como as formas de avaliação precisam ser pensadas com o objetivo de garantir o maior acesso ao processo do ensino-aprendizado destes alunos.

As autoras Fontes, Pletsch, Braun e Glat (*apud* GLAT, 2007, p. 99) concluem que a inclusão das pessoas com deficiência mental só devem ser realizadas caso as necessidades educacionais especiais sejam atendidas.

✓ **Deficiência auditiva**

Assim como nas deficiências já citadas, a pessoa com deficiência auditiva também enfrenta diversos obstáculos no ambiente escolar. Segundo Medeiros, Gianini, Gomes & Batista (2005, *apud* GLAT, 2007, p. 102), o termo surdez é o mais propício para identificar pessoas com déficit auditivo.

Já o Ministério da Educação conceitua a surdez como deficiência auditiva, caracterizada na “diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva” (BRASIL, 1997,

pág.12-13, *apud* GLAT, 2007, p. 103).

Através da audiometria é possível identificar o grau de surdez: surdez leve, com perda auditiva de até 40 dB; surdez moderada, com perda auditiva entre 40 dB e 70 dB; surdez severa, perda entre 70 dB e 90 dB; e surdez profunda com perda superior a 90 dB (BRASIL, 1995;*apud* GLAT, 2007, p. 103).

Lacerda (*apud* GLAT, 2007, p. 107), apoiada em Vygotsky esclarece:

A surdez não significa outra coisa que a ausência de um dos elementos que permitem a formação de relações com o ambiente. A função principal do ouvido é a de receber e analisar os elementos sonoros do ambiente, decompor, a realidade em partes singulares com as quais se ligam nossas reações, a fim de adaptar o mais possível o comportamento ao ambiente. Em si mesmo, o comportamento humano, na sua totalidade de reações, excluindo – se aquelas ligadas aos aspectos sonoros, permanece intacto ao surdo (p.49).

Portanto, para que os indivíduos surdos possam construir o pensamento é necessário o sentido visual, devido à redução ou não existência de recursos sonoros. As autoras Dias, Silva e Braun (*apud* GLAT, 2007, p. 108) destacam métodos de ensino á alunos surdos: o oralista e o gestual. O oralista tem por objetivo tornar o surdo parte da comunidade ouvinte através da fala e leitura labial. O método acima faz com que o aluno surdo aprenda a vibração sonora das palavras, a respiração utilizada bem como a mímica facial das palavras. Já o gestual é o recurso que utiliza a língua brasileira de sinais – LIBRAS. Esta língua não é universal, possui variações de acordo com regiões, país...

O terceiro método é a Comunicação Total, que visa o ensino da língua de sinais quanto de sinais modificados. O objetivo desta é a inserção social dos alunos surdos. Já o bilinguismo é utilizado atualmente na educação no Brasil. Esta prioriza o ensino da LIBRAS para posterior a esta o aprendizado da língua falada daquele grupo social. Assim como destaca Lacerda (*apud* GLAT, 2007, p. 109):

Do mesmo modo que ocorre quando as crianças ouvintes aprendem a falar, a criança surda exposta á língua de sinais irá adquiri-la e poderá desenvolver-se, no que diz respeito aos aspectos cognitivos e linguísticos, de acordo com sua capacidade. A proposta de educação bilíngue, ou bilinguismo, como é comumente chamada, tem como objetivo educacional, tornar presentes duas línguas no contexto escolar, no qual estão inseridos alunos surdos (p.164).

Para que o aluno surdo desenvolva seu aprendizado são necessárias adaptações no modo de ensinar, que muitas vezes não garantem efetivamente o aprendizado a estes alunos.

Outro fator que precisa haver mudança é na relação aluno surdo x alunos ouvintes, para que haja colaboração entre ambos e não somente a relação com o professor.

As barreiras são diversas para que as adaptações se tornem possíveis no ambiente escolar, como: os custos, a falta de recursos didáticos adaptados e também a carência na formação dos docentes. Devido a esses, acredita-se que em alguns casos seja melhor a inserção de alunos surdos em uma classe especial para a alfabetização. Outra forma para organizar o processo de aprendizagem destes alunos é a sala de recursos.

Conforme Dias, Silva e Braun (*apud* GLAT, 2007, p.113), a sala de recursos deve ser um ambiente utilizado para atividades de ensino, avaliação e demonstração de aprendizagem ou mesmo complementação curricular específica. Além disto, é reforçar os conceitos aprendidos na classe regular, de forma a oferecer meios para que os mesmos possam acompanhar e se desenvolver diante de suas limitações auditivas.

Observando essas barreiras, visa-se a formação contínua dos docentes para lidarem com as diferentes situações possíveis nas salas de aula, a participação efetiva da família no ambiente escolar, além da inserção da LIBRAS no sistema de ensino, tanto para a equipe de profissionais quanto para os demais alunos, como afirma DIAS (*apud* GLAT, 2007, p.118).

✓ **Deficiência visual**

Já no processo de ensino a pessoas com deficiência visual, foi criado por Louis Braille (1829), o sistema Braille. Este sistema é composto por pontos em relevo que permite que pessoas com esta deficiência possam fazer leitura tátil e escrever.

Nos anos 1970, foi criado, no Ministério da Educação, o Centro Nacional da Educação Especial, que passou a ter a missão de coordenar a implementação de uma política de educação das pessoas com deficiências, incluindo os chamados deficientes visuais (MAZZOTTA, 2001; *apud* GLAT, 2007, p. 122).

A partir da Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96 (BRASIL 96) e da Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (BRASIL, 2001) que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, se intensificaram no Brasil as ações, projetos e políticas voltados para a inclusão na Educação.

A deficiência visual traz duas condições: a cegueira e a baixa visão. A cegueira é a perda total da visão e a baixa visão é a perda severa da visão. A deficiência visual pode afetar qualquer pessoa em qualquer fase da vida.

Orrico, Canejo e Fogli (*apud* GLAT, 2007, p.126) destacam que a falta de orientação e atendimentos especializados durante os primeiros três anos poderá trazer sérios prejuízos ao seu desenvolvimento e amadurecimento quanto aos aspectos intelectuais, motor, psicológico, social, podendo deixar sequelas, que se constituirão em dificuldades na participação plena da criança na escola e de modo geral em sua vida.

Para que o atendimento a alunos com deficiência visual se torne eficaz, acredita-se na parceria entre a educação e ações voltadas ao desenvolvimento psicossocial destes. Essas ações em conjunto não quer “medicalizar” o atendimento a pessoas com deficiência. É uma alternativa a fim de ampliar o atendimento, buscando ao máximo, minimizar as diversidades e obstáculos existentes.

O atendimento deve seguir alguns serviços e ajudas técnicas para o desenvolvimento de habilidades com o intuito de dar autonomia e independência a estas pessoas com deficiência.

Orientação e Mobilidade: Práticas voltadas à orientação espacial e cinestésica.

Atividades da Vida Diária (AVD): Aprendizagens necessárias às ações desenvolvidas no dia a dia.

Aprendizagem do Sistema Braille: Leitura e grafia escrita do Braille.

O ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) distribui para estudantes cegos da Rede Pública de Ensino kit com papel, punção e reglete, além de distribuir para as escolas que têm alunos cegos matriculados a máquina Perkins, bem como os mesmos livros didáticos utilizados pelos demais alunos em Braille.

Soroban: Domínio de cálculos matemáticos através de um instrumento de uso portátil, semelhante ao ábaco.

Aprendizagem do uso de lentes e instrumentos ópticos especiais: Ação educativa voltada para alunos com baixa visão, desenvolvida através de orientações do oftalmologista especialista. Pode ser através do uso de lupas, Telelupas, CCTV (circuito fechado de televisão) e outros.

Capacitação no uso de softwares e no acesso às tecnologias da informação e da comunicação: aprendizagem da digitação através de recursos tecnológicos. Livros, calculadoras e relógios através do recurso de voz.

É importante que os alunos com deficiência visual participem das atividades propostas, sejam elas de Artes ou Educação Física, por exemplo. Além das barreiras físicas e de comunicação, é preciso que sejam trabalhadas as barreiras de atitudes. Para isso, a equipe de profissionais da escola precisa criar métodos para minimizar e extinguir a segregação e o preconceito contra as pessoas com deficiência.

Nas escolas onde o processo da Educação Inclusiva segue mais adiantado, os alunos com deficiência visual são inseridos em uma classe regular e são alfabetizados paralelamente no Sistema Braille e na sala de recursos.

O processo segue diferente de acordo com a deficiência visual do aluno. Os alunos com baixa visão precisam de recursos específicos dependendo do grau da deficiência. Somente após o diagnóstico do oftalmologista é que se deve planejar a aprendizagem, o desenvolvimento de atividades, o tipo de letra, corpo e contrastes utilizados para que o conhecimento seja adquirido. Quanto mais à criança com deficiência visual for estimulada a ver, mais domínio da visão ela terá. Infelizmente o material pedagógico especializado para alunos com baixa visão ainda não é produzido em grande escala devido aos custos de produção e à falta de conhecimento para produzi-los.

Assim como para os demais alunos, a avaliação para o aluno com deficiência visual deve ser contínua. Além disto, a avaliação pode ser feita em Braille, oralmente, com auxílio leitor, ou no computador, através de softwares leitores de tela.

✓ **Deficiência física**

No processo de efetivação da Educação Inclusiva, é preciso pensar também nas adaptações que são necessárias para o atendimento das necessidades dos alunos com deficiência física.

Deficiência física é a perda ou redução dos movimentos de qualquer parte do corpo. Assim como na deficiência visual, a deficiência física pode afetar qualquer pessoa em qualquer fase da vida. As pessoas com deficiência física podem ser dependentes de muletas ou

cadeira de rodas, por exemplo.

São tipos de deficiências físicas, conforme o Ministério Público do Trabalho - Comissão de Estudos para inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho (2001):

- **Paraplegia:** Perda total das funções motoras dos membros inferiores.
- **Paraparesia:** Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.
- **Monoplegia:** Perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior).
- **Monoparesia:** Perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior).
- **Tetraplegia:** Perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
- **Tetraparesia:** Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
- **Triplegia:** Perda total das funções motoras em três membros.
- **Triparesia:** Perda parcial das funções motoras em três membros.
- **Hemiplegia:** Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).
- **Hemiparesia:** Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).
- **Amputação:** Perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.
- **Paralisia Cerebral:** Lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental.

A paralisia cerebral (PC), também denominada *Encefalopatia Crônica da Infância ou Dimotria Cerebral Ontogenética*, pode ser caracterizada como uma lesão encefálica não

progressiva, que acarreta alteração do movimento e da postura e pode ser ocasionada antes, durante ou depois do nascimento, enquanto ocorre o desenvolvimento neurológico (BRASIL, 1995; *apud* GLAT, 2007, p.143).

- **Ostomia**: Intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de coleta; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário).

Para o atendimento dos alunos com deficiência física é importante pensar na localização deste aluno na sala de aula. O docente tem o importante papel de analisar a necessidade de cada aluno e através de orientações do profissional especializado promover, em conjunto a este, adaptações para o desenvolvimento dos alunos.

✓ **Deficiência múltipla**

A deficiência múltipla (DMU) se caracteriza pela existência, concomitante, de dois ou mais tipos de deficiência primária em uma pessoa (IHA, 1999; *apud* GLAT, 2007, p.144). Nos casos de deficiência múltipla é viável que as famílias se envolvam no processo educacional diretamente visto que a pessoa com deficiência precisa sentir “confiança” no decorrer do processo.

Na história da educação ainda é recente a inserção de pessoas com deficiência física, com paralisia cerebral e/ou com deficiência múltipla, pois acreditava que estes eram impossibilitados de desenvolverem no ambiente escolar.

Como nas demais deficiências, são necessárias adaptações para que ocorra o desenvolvimento destes alunos. Em casos no qual a fala é comprometida, por exemplo, o recurso a ser utilizado pode ser a Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA). Este método pode ser através do piscar dos olhos ou até mesmo através de tecnologias complexas como softwares que permitem a criação de telas com opções variadas. Como já foi exposto neste, adaptações físicas como a localização do aluno na sala de aula também são importantes para garantir o desenvolvimento destes alunos. Portanto, cabe ao professor analisar as melhores formas para que o aluno possa adquirir o conhecimento de acordo com as necessidades expostas.

Já no que tange as avaliações, conforme Pires, Blanco e Oliveira (*apud* GLAT, 2007, p. 155), a avaliação de desempenho escolar para alunos com necessidades educacionais especiais, mais do que descrever os processos demonstrativos do conhecimento constituído, deverá incorporar a apreciação dos esforços realizados e a indicação de caminhos possíveis para novas aprendizagens.

✓ **Condutas típicas**

Um dos maiores desafios para a inclusão escolar são os alunos com as chamadas condutas típicas. Esses comportamentos podem afetar a estes alunos e as pessoas que tem contato com estes, causando desconforto e angústia.

Alunos com condutas típicas tem dificuldade de manter contato visual e podem apresentar fobias. Tem muita resistência a mudanças, sejam mudanças na dimensão espacial ou temporal. Podem possuir comportamentos auto-estimulatórios e auto lesivos ou auto agressivos. Conforme Suplino (*apud* GLAT, 2007, p.158) é comum exibirem manipulação inadequada para sua faixa etária de materiais e objetos; e consumo de substâncias não comestíveis. Outra manifestação comportamental típica é atenção seletiva inapropriada a determinados estímulos.

Além disto, esse comportamento agressivo pode ser decorrente das próprias dificuldades de linguagem e comunicação. Muitos alunos com condutas típicas podem ter um quadro associado ao de deficiência mental.

A nomenclatura Condutas típicas foi adotada pelo Ministério da Educação, em 1994, na elaboração da *Política Nacional de Educação Especial*, para designar alunos (*apud* GLAT, 2007, p. 159):

(...) portadores de síndromes, quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado (BRASIL, 1994, pp.13-14; *apud* GLAT, 2007, p.159).

Os comportamentos inadequados apresentados por esses alunos podem prejudicar e, por vezes, até inviabilizar as relações do aluno com o seu professor e/ou com seus colegas, com os materiais de uso coletivo, e com o processo de ensino-aprendizagem, de modo geral, sendo uma das dificuldades de adaptação escolar (BRASIL, 2002 b; *apud* GLAT, 2007, p.159).

O que diferencia os alunos com condutas típicas dos alunos com necessidades educacionais especiais é a intensidade, frequência, gravidade, combinação de características que resultam em conduta funcional significativamente prejudicada, conforme afirmam as autoras Fernandes, Sousa, Suplino, Moreira (*apud* GLAT, 2007, p. 160).

As principais condutas típicas podem ser confundidas como “problemas de comportamento”. São diversos os tipos de condutas típicas, se destacam o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento autismo, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, entre outros, os distúrbios psiquiátricos (psicose e esquizofrenia), alguns casos neurológicos (como a síndrome de Westt) e síndromes genéticas (X Frágil, Williams, Cornelia de Lange, etc).

✓ **Transtornos invasivos do desenvolvimento:**

Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID)- Caracteriza por um comprometimento grave e global em diversas áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social recíproca, de comunicação ou presença de estereotípias de comportamento, interesses e atividades. Pode ser originada por causas genéticas, anormalidades cromossômicas, infecções congênitas no período gestacional, acidentes durante o parto com asfixia ou complicações do metabolismo e infecções graves nos primeiros anos de vida que afetem o funcionamento de áreas cerebrais importantes para a integração perspectiva, sensorial e cognitiva (CAMARGOS JR, 2002; SUPLINO, 2007; *apud* GLAT, 2007, p. 160 e 161.)

Autismo- Um dos transtornos invasivos de desenvolvimento mais conhecidos, embora seja também um dos mais conhecidos, embora seja também um dos mais controversos. Há um consenso entre os pesquisadores de que a etiologia orgânica do autismo é de ordem multifatorial (CAMARGOS JR, 2002; FACION, 2002; SUPLINO, 2007; *apud* GLAT, 2007, p. 161).

A falta de interesse pelas outras pessoas (inclusive por parentes próximos como a mãe) e ausência são características já perceptíveis em um bebê autista. Porém muitas crianças autistas só são diagnosticadas aos dois / três anos de idade, após outras características como atraso da aquisição e uso social da linguagem, ausência de jogos de faz-de-conta, alterações na fala, entre outras. (CAMARGOS JR, 2002; FACION, 2002; SUPLINO, 2007; *apud* GLAT, 2007, p. 162).

Síndrome de Asperger - A diferença deste distúrbio para o autismo é a ausência de

déficits significativos da linguagem ou no desenvolvimento cognitivo, e a presença de comportamento adaptativo á idade, bem como a curiosidade acerca do ambiente na infância (SUPLINO, 2007; *apud* GLAT, 2007, p.162). Pessoas com a *Síndrome de Asperger* podem apresentar memória auditiva e visual acima da média.

Síndrome de Rett – é uma condição genética ligada ao cromossomo X que afeta meninas. Apresentam alterações no desenvolvimento psicomotor, com perda da função motora na marcha, na habilidade manual, na linguagem e no envolvimento social (SCHWARTZMAN, 1993a; CAMARAGOS Jr, 2002; SUPLINO, 2005; *apud* GLAT, 2007, p.163).

✓ **Distúrbios psiquiátricos**

Esquizofrenia ou outras psicoses – Há presença de delírios ou alucinações visuais, olfativas, gustativas e cinestésicas que, em geral, ocasionam completa desorganização da personalidade, interferindo na percepção e compreensão da realidade. Nos momentos de crise pode ocorrer desorientação no espaço e tempo, isolamento, transitoriedade de humor (triste ou eufórico), descuido da higiene pessoal, agitação motora, loquacidade, embotamento afetivo, condutas estranhas e bizarras (SUPLINO, 2007; *apud* GLAT, 2007, p. 163).

Estes distúrbios desenvolvem-se de modo progressivo ou através de surtos; manifesta-se, habitualmente, a partir da puberdade ou no início da idade adulta.

✓ **Síndromes genéticas e neurológicas**

Síndrome de Williams – Condição genética ligada ao cromossomo. Nestes sujeitos, disfunções cardíacas, renais e metabólicas associam-se a um atraso no desenvolvimento neuromotor e cognitivo. Também são frequentes manifestações de hiperatividade e alterações comportamentais, como hiperatividade e alterações comportamentais, como hipersensibilidade a sons ou outros estímulos ambientais, bem como mudanças de rotina; que podem afetar a interação do aluno com o grupo. Entretanto, possuem fluência na área da linguagem, boa memória e, em muitos casos, demonstram interesses musicais (FERNANDES, 2002; *apud* GLAT, 2007, p. 164).

X Frágil, Cornelia de Lange - Além de deficiência cognitiva, podem apresentar traços do espectro autista e necessitar de adaptações pedagógicas relacionadas às habilidades sociais e de interação (GLAT, 2007, p. 164).

Síndrome de West – Síndrome que se não for identificada e tratada adequadamente nos primeiros anos de vida podem acarretar lesões em áreas cerebrais responsáveis pelas interações sociais, levando a sintomas do espectro autista. (GLAT, 2007, p. 164).

O atendimento á esses alunos com condutas típicas no ensino ainda tem sido baseado no modelo clínico, que é realizado por profissionais da área de saúde (psiquiatra, neurologista e/ou psicólogo). Além disto, é um desafio grande manter estes alunos dentro das salas de aula e proporcionar a estes a interação social e participação educacional.

Como já foi citado neste capítulo, o professor precisa identificar as necessidades educacionais de cada aluno e desenvolver estratégias com a finalidade de proporcionar a estes o conhecimento passado ao demais. Adquirir informações sobre este alunado com as famílias pode propiciar o desenvolvimento de atividades e transmitir a eles mais segurança. Outra estratégia é o acompanhamento das necessidades educacionais realizadas entre os setores Saúde e Educação com uma interlocução entre eles (fonoaudiólogos, fisioterapeuta, terapeutas ocupacionais, psicólogos, médicos, assistente social).

✓ **Altas habilidades**

Já o caso das pessoas com altas habilidades muitas vezes não são consideradas deficiência e também não recebem o devido apoio necessário para o desenvolvimento desta. Uma das formas de avaliar estas habilidades é QI, índice de quociente de inteligência do indivíduo. Para considerar alta habilidade o indivíduo precisa atingir uma média superior a 140 pontos e abaixo de 69 pontos é considerado pessoa com deficiência mental.

De acordo com a Secretaria de Educação Especial do MEC (*apud* GLAT, 2007, p. 178):

Altas habilidades referem-se aos comportamentos observados e/ou relatados que confirmam a expressão de ‘traços consistentemente superiores’ em relação a uma média (por exemplo: idade, produção ou série escolar) em qualquer campo do saber ou do fazer. Deve-se entender por ‘traços’ as formas consistentes, ou seja, aquelas que permanecem com frequência e duração no repertório dos comportamentos da pessoa, de forma a poderem ser registradas em

épocas diferentes e situações semelhantes (BRASIL, 1995b, p.13; *apud* GLAT, 2007, p.178).

Como estes alunos têm facilidade para o desenvolvimento é necessário que o docente estimule com outras atividades para que ele não perca o interesse pelo ensino. O Ministério da Educação através da política de educação desenvolveu um programa de enriquecimento a fim de suprir as necessidades destes alunos com altas habilidades. Entre as atividades deste programa está a participação em oficinas em diversas áreas.

Já o programa de aceleração propõe a conclusão dos estudos em tempo inferior ao dos demais discentes. Propõe, ainda, a entrada precoce desse aluno no Ensino Fundamental, rompendo a idade mínima permitida que é de 6 anos a serem completados até 30/03 do ano letivo corrente (BRASIL, 1995b; *apud* GLAT, 2007, p. 185).

É necessário que pessoas com altas habilidades sejam inseridas no âmbito escolar para que se relacionem com outras pessoas da mesma faixa etária, visto que as altas habilidades não trazem maturidade ao indivíduo.

Conforme GLAT (2007), saber dosar as atividades do programa de enriquecimento e aprofundamento juntamente com as adaptações curriculares é a chave para uma educação inclusiva efetiva.

Apesar da autora GLAT (2007) afirmar que uma educação inclusiva efetiva é possível, baseado em Tonet (2013) vimos que uma educação emancipadora só se realizará em uma sociedade para além do capital. Nesta sociedade, as políticas sociais não precisarão ser implementadas devido à inexistência do modo de produção capitalista e as expressões da questão social.

3 - A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA MUNICIPAL “JOÃO XXIII”

A Escola Municipal "João XXIII" está situada no distrito de Morro D'Água Quente e foi regularizada em 1975, através da Lei Municipal nº 507/75. Anteriormente, as aulas eram dadas em casas de pessoas da comunidade do Morro D'Água Quente já que a escola mais próxima ficava na sede Catas Altas localizada há 6 km do atual distrito. O prédio da escola foi construído em 1963, quando o prefeito de Santa Bárbara Cleves de Faria reconheceu tal necessidade.

Atualmente, a escola passou por diversas reformas e ampliação do prédio para atender o Ensino Fundamental - Regular (1º ao 9º ano) e alojar o Pré Escolar Municipal "Criança Feliz" que têm o ensino da Educação Infantil (Maternal ao 2º Período). Além disto, a Escola Municipal "João XXIII" possui o Ensino para Jovens e Adultos - 1ª à 4ª série (1º ao 5º ano) semestral, que neste ano funciona no prédio da Escola Municipal "Agnes Pereira Machado", em Catas Altas.

3.1- Caracterização da instituição, funcionários e discentes.

A escola iniciou com três salas e devido à necessidade foi expandindo e passando por adaptações necessárias para o atendimento educacional. Em 2016, a instituição possui uma sala compartilhada - direção e coordenação, biblioteca; secretaria com banheiro; sala dos professores com banheiro; sala multimídia; cozinha; refeitório coberto; área verde; sala de música; almoxarifado de papel compartilhado com brinquedoteca; almoxarifado de produtos de limpeza; sala exclusiva para maternal com banheiro; sala exclusiva para o 1º período; sala exclusiva para o 2º período; um banheiro masculino com 01 sanitário adaptado para educação infantil; um banheiro feminino com 01 sanitário adaptado para educação infantil; área externa; um parque para educação infantil; e 5 salas de aula.

A equipe escolar é formada por uma diretora, uma vice-diretora, duas coordenadoras, uma secretária escolar, uma auxiliar escolar, seis serventes escolares, uma cozinheira, uma auxiliar de serviços gerais e 21 professores.

O corpo discente é composto por 167 alunos, sendo 39 alunos na Educação Infantil, 120 no Ensino Fundamental e 08 no Ensino para Jovens e Adultos.

Segundo GADOTI & BARCELOS (*apud* ALTAS, Catas, 2014), o projeto pedagógico é um permanente processo de discussão das práticas das preocupações (individuais e

coletivas), dos obstáculos aos propósitos da escola e da educação e de seus pressupostos de atuação.

A educação é à base do desenvolvimento social, humano e econômico. Ainda de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “João XXIII”, a missão é que através de projetos e demais ações pedagógicas que desenvolve: dos parceiros institucionais, visa formar cidadãos críticos e conscientes das questões ambientais, patrimoniais, sociais, que permeiam sua realidade, bem como aprimorar os valores necessários a sua boa conduta e caráter. Assegurar um ensino de qualidade e possibilitar o acesso e permanência dos alunos na escola.

Para se ter uma análise do público atendido e das demais demandas segue-se uma estatística baseada em entrevista realizada pela escola nos últimos anos e que estão registradas em seus documentos.

✓ **Características das famílias**

Nas entrevistas realizadas observou-se que os pais, em sua maioria, são casados e possuem média salarial de até dois salários mínimos e a minoria das famílias de educandos é beneficiária do programa Bolsa Família. Neste mesmo questionário foi apresentado que a maioria das moradias são próprias e possuem condições básicas de higiene e saneamento. Sobre a escolaridade dos pais atestou que possuem 1º grau completo (9º ano – Ensino Fundamental) e consideram-se pardos ou brancos e católicos.

✓ **Situações escolares**

Sobre a situação escolar, verificou-se que há uma elevada taxa de evasão e o nível de distorção idade x série é bem elevado, 30%, acima até da média nacional, que é de 20%.

✓ **Relação família x escola**

A participação da família na escola faz-se presente nos primeiros anos da Educação Infantil. Posteriormente as taxas caem e aumentam os índices de reprovação no Ensino Fundamental.

A escola espera que as famílias frequentem reuniões, auxiliem nas atividades escolares, participem de eventos culturais promovidos pela escola para que o aluno seja assíduo, pontual e devidamente uniformizado, portando os materiais necessários.

Mas tal expectativa não é superada, muitas vezes por pensamentos como o de que a escola é responsável por educar, ensinar e fazer com que os alunos progridam em todas as áreas, bem como fazer com que estes adquiram conhecimento com êxito.

✓ **Recursos**

A Escola Municipal “João XXIII” é mantida pela Prefeitura Municipal de Catas Altas recebendo recursos materiais como materiais de consumo, gêneros alimentícios para merenda escolar, materiais esportivos, de limpeza, didáticos, utensílios de copa e cozinha, materiais eletrônicos, além de reparos no prédio.

A instituição recebe também recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE que é a transferência de valores diretamente às instituições de ensino para ser utilizado com compras de materiais permanentes e de custeio, conforme necessidade apresentada em conselho deliberativo.

A escola segue diretrizes definidas em âmbito municipal – a rede municipal de ensino, que definiu a divisão do ano letivo em bimestres, sendo 25 pontos a cada bimestre; conteúdos baseados na proposta curricular; assim como estabelecimento de projeto nas séries de 1º ao 5º ano (situações didáticas); Educação Patrimonial – Garimpando o nosso patrimônio; realiza Feira Cultural, Dia da Família; participa dos programas Atitude Ambiental e Cidadão Ambiental e neste ano iniciou participação no projeto Empreendedorismo, do SEBRAE.

✓ **Proposta curricular**

A proposta curricular é baseada no SAEB, material didático do pró-letramento, RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação – PCN’s, o Currículo Básico Comum da Secretária do Estado de Minas Gerais.

✓ **Currículo da escola**

O currículo da escola é elaborado a partir da Base Nacional Comum obrigatória e parte diversificada para atender plano municipal de ensino. Sobre a educação inclusiva, o projeto político pedagógico da escola abre uma seção para as informações de adaptações e sugestões.

3.2 - Educação Inclusiva na Escola Municipal João XXIII

Adaptações de acesso ao currículo

Correspondem ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais de ensino, vem como aos recursos pessoais do professor quanto ao seu preparo para trabalhar com os alunos. São definidas como alterações ou recursos espaciais, materiais ou de comunicação que venham a facilitar os alunos com necessidades especiais e desenvolver o currículo escolar.

As seguintes medidas constituem adaptações de acesso ao currículo, conforme o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João XXIII (2014):

- Criar condições físicas, ambientais e materiais para o aluno de sua unidade escolar de atendimento;
- Propiciar os melhores níveis de comunicação e interação com as pessoas com as quais convive na comunidade escolar;
- Favorecer a participação nas atividades escolares;
- Propiciar o mobiliário específico necessário;
- Fornecer ou atuar para aquisição dos equipamentos e recursos materiais e específicos necessários;
- Adaptar os materiais de uso comum em sala de aula;
- Adotar sistemas de comunicação alternativos para os alunos impedidos de comunicação oral (no processo de ensino/aprendizagem e na avaliação).

Sugestões que favoreçam o acesso ao currículo, conforme o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João XXIII (2014):

- Agrupar os alunos de uma maneira que facilite a realização de atividades em grupo e incentive a comunicação e as relações interpessoais;
- Propiciar ambientes com adequada luminosidade, sonoridade e movimentação;
- Encorajar, estimular e reforçar a comunicação, a participação, o sucesso, a iniciativa e o desempenho do aluno;
- Adaptar materiais escritos de uso comum: destacar alguns aspectos que necessitam ser aprendidos como cores desenhos, traços, cobrir partes que podem desviar atenção do aluno, incluir desenhos, gráficos que ajudem na compreensão, destacar imagens, modificar

conteúdos de material escrito de modo a torna-lo mais acessível á compreensão, etc;

- Providenciar adaptação de instrumento de avaliação e de ensino – aprendizagem;
- Favorecer o processo comunicativo entre aluno x professor, aluno x aluno, aluno x adultos;
- Providenciar softwares educativos específicos;
- Despertar a motivação, atenção e o interesse do aluno;
- Apoiar o uso de materiais de ensino aprendizagem de uso comum;
- Atuar para eliminar sentimentos de inferioridade, menos valia e fracasso.

Sugestões de recursos de acesso ao currículo para alunos com necessidades especiais, segundo necessidades específicas, conforme o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João XXIII (2014):

Para alunos com deficiência visual:

- materiais desportivos adaptados: bola de guizo e outros;
- sistema alternativo de comunicação adaptado ás possibilidades do aluno: sistema braile, tipos escritos ampliados;
- textos escritos com outros elementos (ilustrações táteis) para melhorar a compreensão;
- posicionamento do aluno na sala de aula de modo que favoreça sua possibilidade de ouvir o professor;
- deslocamento do aluno na sala de aula para obter materiais ou informações facilitado pela disposição do mobiliário;
- explicações verbais sobre todo o material apresentado em aula de maneira visual;
- boa postura do aluno evitando assim o maneirismo comumente exibidos pelos que são cegos;
- adaptação de materiais escritos de uso comum: tamanho das letras, relevo, softwares educativos em tipo ampliado, textura modificada, etc;
- máquina Braille, reglete, sorobã, bengala longa, livro falado, etc;
- organização espacial para facilitar a mobilidade e evitar acidentes: colocação de extintores de incêndio em posição mais alta, pistas auditivas para orientar na localização de ambientes, espaços entre as carteiras para facilitar o deslocamento, corrimão nas escadas, etc;
- material didático e de avaliação em tipo ampliado para os alunos com baixa visão e em Braille e relevo para os cegos;
- Braille para professores e alunos videntes que desejarem conhecer o referido sistema;
- materiais de ensino aprendizagem de uso comum: pranchas ou presilhas para não deslizar o

papel, lupas, computador com sintetizador de vozes e periféricos adaptados, etc;

- recursos ópticos;

- apoio físico verbal e institucional para viabilizar a orientação e mobilidade, visando a locomoção independente do aluno.

Para alunos com deficiência auditiva

- materiais e equipamentos específicos: prótese auditiva, treinadores de afluência, tablado, softwares educativos específicos;

- textos escritos complementados com elementos que favoreçam a sua compreensão: linguagem gestual, língua de sinais e outros;

- sistema alternativo de comunicação adaptado às possibilidades do aluno: leitura orofacial, linguagem gestual e de sinais; salas ambiente para treinamento auditivo, de fala rítmico, etc;

- posicionamento do aluno na sala de aula de tal modo que possa ver os movimentos orofaciais do professor e dos colegas;

- material visual e outros de apoio, para favorecer a apreensão das informações expostas verbalmente.

Para alunos com deficiência mental

- ambientes de aula que favoreçam a aprendizagem, tais como: atelier, cantinhos, oficinas, etc;

- desenvolvimento de habilidades adaptativas: sociais, de comunicação, cuidado pessoal e autonomia.

Para alunos com deficiência física

- sistemas aumentativos ou alternativos de comunicação adaptado às possibilidades do aluno impedido de falar: sistema de símbolos (baseados em elementos representativos, em desenhos lineares, sistemas que combinam símbolos pictográficos, ideográficos e arbitrários, sistemas baseados na ortografia tradicional, linguagem codificada), auxílios físicos ou técnicos (tabuleiros de comunicação ou sinalizadores mecânicos, tecnologia microeletrônica), comunicação total e outros;

- adaptação de elementos materiais: edifício escolar (rampa deslizante, elevador, banheiro, pátio de recreio, barras de apoio, alargamento das portas, etc), mobiliário (mesas e carteiras), materiais de apoio (andador, colete, abdutor de pernas, faixas restringidoras, etc), materiais de apoio pedagógico (tesoura, ponteiros, computadores que funcionam por contato, por pressão

ou outro tipo de adaptação, etc.).

- deslocamento de alunos que usam cadeira de rodas ou outros equipamentos, facilitados pela remoção de barreiras arquitetônicas;
- utilização de pranchas ou presilhas para não deslizar o papel, suporte para lápis, presilha de braço, cobertura de teclados, etc, textos complementados com elementos de outras linguagens e sistemas de comunicação.

Para alunos com super dotação

- evitar sentimentos de superioridade, rejeição dos demais colegas, sentimento de isolamento, etc.
- pesquisa de persistência na tarefa e o engajamento em atividades cooperativas;
- materiais, equipamentos e mobiliário que facilitem os trabalhos educativos;
- ambientes favoráveis de aprendizagem como: ateliê, laboratórios, biblioteca, etc.
- materiais escritos de modo que estimule a criatividade: lâminas, pôsteres, murais, inclusão de figuras, gráficos de imagens, etc, e de elementos que despertam novas possibilidades.

Para alunos com deficiências múltiplas

As adaptações e de acesso para esses alunos devem considerar as deficiências agrupadas: surdez-cegueira, deficiência visual-mental, deficiência física- auditiva, etc.

As adaptações de acesso devem contemplar a funcionalidade e as condições individuais do aluno:

- ambientes de aula que favoreça a aprendizagem, como ateliê, cantinhos e oficinas;
- acesso a atenção do professor;
- materiais de aula: mostrar os objetos, entregá-los, brincar com eles, estimulando os alunos a utilizá-los;
- apoio para que o aluno perceba os objetos, demonstrem interesse e tenham acesso a eles.

Para alunos com condutas típicas de síndromes e quadros clínicos

O comportamento desses alunos não se manifesta por igual nem parece ter o mesmo significado e expressões nas diferentes etapas de suas vidas. Existem importantes diferenças entre as síndromes e quadros clínicos que caracterizam as condições individuais e apresentam efeitos mais ou menos limitantes. As seguintes sugestões favorecem o acesso ao currículo:

- Encorajar o estabelecimento de relações com o ambiente físico e social.

ADAPTAÇÕES NOS ELEMENTOS CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, CONFORME O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII (2014):

Adaptações metodológicas e didáticas

Realizam-se por meio de procedimentos técnicos e metodológicos, estratégias de ensino e aprendizagem, procedimentos avaliativos e atividades programadas para os alunos.

São exemplos de adaptações metodológicas e didáticas:

- situar o aluno nos grupos com os quais melhor possa trabalhar;
- adotar métodos e técnicas de ensino aprendizagem específicas para o aluno, na operacionalização dos conteúdos curriculares, sem prejuízo para as atividades docentes;
- utilizar técnicas, procedimentos e instrumentos de avaliação distintos da classe, quando necessário, sem alterar os objetivos da avaliação e seu conteúdo;
- propiciar apoio físico, visual, verbal e outros ao aluno impedido em suas capacidades, temporária ou permanente, de modo que permita a realização das atividades escolares e do processo avaliativo. O apoio pode ser oferecido pelo professor regente, professor especializado ou pelos próprios colegas;
- introduzir atividades individuais complementares para o aluno alcançar os objetivos comuns aos demais colegas. Essas atividades podem realizar-se na própria sala de aula ou em atendimentos de apoio.

Adaptações dos conteúdos curriculares e processo avaliativo

Adaptações individuais dentro da programação regular, considerando objetivos, conteúdos e critérios de avaliação para responder às necessidades de cada aluno:

- adequar os objetivos, conteúdos e critérios de avaliação o que implica modificar os objetivos, considerando as condições do aluno em relação aos demais colegas;
- priorizar determinados objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, para dar ênfase aos objetivos que contemplem as deficiências do aluno, suas condutas típicas ou altas habilidades. Essa priorização não implica abandonar os objetivos definidos para o seu grupo, mas acrescentar outros, concernentes com suas necessidades especiais;
- mudar a temporalidade dos objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, isto é. Considerar que o aluno com necessidades especiais pode alcançar objetivos comuns ao grupo mesmo que possa requerer um período mais longo de tempo. De igual modo, poderá necessitar de período variável para o processo de ensino/aprendizagem e o desenvolvimento de suas habilidades;

- mudar a temporalidade das disciplinas do curso, série ou ciclo, ou seja, cursar menos disciplinas durante o ano letivo e, desse modo, estender o período de duração do curso, série ou ciclo que frequenta;
- introduzir conteúdos, objetivos e critérios de avaliação, o que implica considerar a possibilidade de acréscimo desses elementos na ação educativa caso necessário a educação do aluno com necessidades especiais. É o caso da ampliação dos componentes curriculares específicos destinados aos portadores de deficiência e de condutas típicas, e dos programas de aprofundamento/ enriquecimento curricular propostos para os alunos com superdotação. O acréscimo de objetivos conteúdos, critérios de avaliação não pressupõe a eliminação ou redução dos elementos constantes do currículo regular desenvolvido pelo aluno;
- eliminar conteúdos, objetivos e critérios de avaliação, definidos para o grupo de referência do aluno, em razão de suas deficiências ou limitações pessoais. A supressão desses conteúdos e objetivos da programação educacional regular não deve causar prejuízo para sua escolarização e promoção acadêmica. Devem-se considerar rigorosamente os significados dos conteúdos, ou seja, se são básicos fundamentais e pré-requisitos para aprendizagens posteriores.

As medidas de adaptações curriculares devem considerar os seguintes aspectos, dentre outros:

- ser precedida de uma criteriosa avaliação do aluno, considerando a sua competência acadêmica;
- fundamentar-se na análise do contexto escolar e familiar, que favoreça a identificação dos elementos adaptativos necessários que possibilitem as alterações indicadas;
- contar com a participação da equipe docente e técnica da escola e com o apoio de uma equipe psicopedagógica (integrada por psicólogo, fonoaudiólogo, médico e outros) quando possível e necessário;
- promover o registro documental das medidas adaptativas adotadas, para integrar o acervo documental do aluno;
- evitar que as programações individuais sejam definidas, organizadas e realizadas com prejuízo para o aluno, ou seja, para o seu desempenho, promoção escolar e socialização;
- adotar critérios para evitar adaptações curriculares muito significativas, que impliquem supressões de conteúdo expressivos (quantitativa e qualitativamente), bem como a eliminação de disciplinas ou de áreas curriculares completas.

Ainda de acordo com o projeto político pedagógico (2011), não se avalia para

classificar alunos, para compará-los entre si ou em relação a uma norma genérica, mas se avalia para orientar o aluno e para guiar o processo educativo.

Avaliação

Ao elaborar as avaliações, o professor deverá considerar os seguintes aspectos:

- As questões das avaliações devem contemplar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- As questões elaboradas devem permitir reflexões, evitando que os alunos memorizem os conteúdos ensinados;
- A qualidade das questões ou itens- as questões da avaliação devem ser formuladas de tal modo que os alunos entendam exatamente o que é pedido, ou seja, não devem se prestar a interpretação dúbias;
- A extensão da prova deve ser cuidada – em geral, quanto maior o número de questões maior as possibilidades para os alunos expressarem seus conhecimentos;
- O formato da prova deve refletir o estilo das aulas;
- Equilibrar os níveis de dificuldades das questões, começando pelo nível mais fácil.
- Variar os tipos de questões (lacuna, interpretação, resposta única, aberta, múltipla escolha, associação, V ou F, etc).
- Adequar o ambiente á realização da avaliação;
- Formular avaliações contextualizadas;
- Organizar questões inteiras numa página;
- O valor da avaliação bimestral deverá ser de 50% do valor do bimestre incluído os pontos referentes aos exercícios avaliativos/ testes.
- Distribuir igualmente o valor das questões;
- Os demais pontos deverão ser distribuídos de diferentes formas (exercícios, trabalho individual, ou em grupo, seminários, pesquisas, etc.);
- O professor deverá retomar o resultado das avaliações como meio para replanejar os conteúdos que não garantiram aprendizagem;
- Ao final de cada bimestre, o professor de 1º ao 5º ano deverá preencher uma ficha descritiva sobre os alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem (portfólios para alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem e alunos com necessidades especiais);
- As avaliações bimestrais serão revisadas pelo coordenador pedagógico, por isso deverão ser apresentadas na data estabelecida;
- O professor deverá fazer alterações e correções necessárias;

- As avaliações para análise deverão ser apresentadas em forma de rascunho, evitando assim o desperdício de material.

3.3- Análise dos dados

As entrevistas foram realizadas com profissionais atuantes na Escola Municipal “João XXIII” (professores, coordenadores e direção); psicopedagoga, que realiza atendimentos com os discentes; e pais de alunos desta escola.

Este tópico será dividido em cinco itens para observarmos o atendimento das crianças com deficiência na Escola Municipal “João XXIII” baseado nos objetivos específicos desta pesquisa.

As entrevistas foram analisadas conforme ordem de perguntas, elaboradas de acordo com o conteúdo exposto. Para analisarmos os dados da entrevista os entrevistados foram classificados como entrevistado 01, entrevistado 02, entrevistado 03, entrevistado 04, entrevistado 05, entrevistado 06, entrevistado 07, entrevistado 08. Nesse processo foram entrevistados três profissionais da gestão e coordenação, uma psicopedagoga, três docentes e uma representante das famílias.

✓ Do papel da escola na inclusão de alunos com deficiências e as parcerias da escola com outras instituições que proporcionem o desenvolvimento destes discentes.

Este tópico tem por objetivo analisar o papel da escola na inclusão de alunos com deficiência e observar as relações multidisciplinares que podem propiciar o desenvolvimento destes discentes em questão.

Quando questionados sobre o papel da escola na inclusão de alunos especiais, os entrevistados em sua maioria, afirmaram que a escola tem o papel fundamental de promover a socialização com o meio e promover a criança condições para ela desenvolver, independente da área. Além de ser uma referência para a família e contribuir com orientações para a progressão desse discente.

Como nos trechos das entrevistas que seguem:

Penso que a Escola tem um papel fundamental desde que promova de fato essa inclusão, ou seja, que o aluno realmente faça parte do processo de aprendizagem de forma adaptada para a sua necessidade para que aconteça essa inclusão não somente na aprendizagem, mas também na interação com os

colegas. (ENTREVISTADO 01)

O papel da escola na inclusão dos alunos especiais é considerar a diversidade dos educandos, assim como o seu direito a igualdade de educação. (ENTREVISTADO 02)

O papel da escola é acolher todos os alunos e trabalhar com alunos especiais com objetivos e metas traçadas para cada um priorizado o que é realmente necessário para a vida. (ENTREVISTADO 03)

A escola deve criar oportunidades contínuas pra todos os alunos aprenderem por meio do uso de estratégias diversificadas de ensino ao mesmo tempo em que cria base firmes para a melhoria da escola e para a capacitação contínua dos professores. (ENTREVISTADO 04)

O papel da escola é fazer a intermediação entre ela e o social, instrumentando a criança e maximizando seu potencial. (ENTREVISTADO 05)

A escola é a ponte entre o aluno e a família de uma criança especial, porque é na escola que conseguimos detectar esses segmentos especiais. (ENTREVISTADO 06)

As escolas são responsáveis para realizar as “transformações” necessárias para o atendimento às pessoas com deficiência, afirma GLAT (2007).

Sobre o que deve ser feito para que a escola seja realmente efetiva e faça com que os alunos se tornem presentes na escola, participando e aprendendo, os entrevistados responderam que a formação dos docentes e a implantação da sala de atendimento especializado – AEE torne a inclusão de alunos com deficiência mais efetiva, reduzindo a evasão destes discentes e propiciando um espaço mais participativo á estes.

Mais formações com os professores, melhor adaptação do currículo escolar desses alunos e atividades diversificadas. (ENTREVISTADO 01)

Implantação do AEE possibilitando a acessibilidade destes ao aprendizado e convívio social. (ENTREVISTADO 05)

GLAT (2007) ainda trata que o desenvolvimento do aluno só é possível com a formação dos profissionais, melhor estruturação do ambiente e dos equipamentos escolares, além da modificação do projeto político pedagógico, metodologias e técnicas de ensino, que é o que favorece a inclusão e o desenvolvimento desses alunos.

E segundo o MEC, portaria nº 555 de 05 de junho de 2007:

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Sobre as parcerias foi questionado aos entrevistados se a Escola Municipal “João XXIII” tem parceria com outros setores para a realização de um trabalho multidisciplinar.

Não. Mas temos o atendimento da psicopedagoga da rede, mas ainda é insuficiente para a grande demanda de alunos com necessidades. (ENTREVISTADO 01)

O único apoio é o atendimento com a psicopedagoga, mas ligado apenas a educação. (ENTREVISTADO 02)

Existe com educação e saúde, onde é oferecido profissionais como: psicólogo, fonoaudiólogo. (ENTREVISTADO 03)

Não tem uma equipe multidisciplinar. Há encaminhamentos para outros especialistas conveniados a rede de saúde. (ENTREVISTADO 05)

Portanto, observamos que a instituição caminha sozinha no processo de inclusão de alunos com deficiência. O único atendimento contínuo realizado para o desenvolvimento desses alunos é o acompanhamento com a psicopedagoga da rede municipal de ensino. Esta profissional atende a demanda e faz o encaminhamento aos especialistas, mas sem um processo de acompanhamento multidisciplinar a este. Isto gera o enfraquecimento no atendimento desses alunos impedindo o progresso.

GLAT (2007) aponta a importância do trabalho da equipe multidisciplinar para o desenvolvimento de pessoas com deficiência. É imprescindível pensar no atendimento composto apenas por equipe médica ou somente por profissionais da educação, visto que a pessoa com deficiência precisa desenvolver as habilidades e suprir as necessidades causadas pela deficiência.

✓ **Da inserção de crianças com deficiência no sistema de ensino regular e os impactos da inclusão.**

Este tópico busca responder sobre a inserção de crianças com deficiência no sistema regular e os impactos desta inclusão. Os entrevistados foram questionados se a inclusão de

crianças com deficiência no sistema regular de ensino é viável e por quê.

Sim. Para ajudar a eliminar as "barreiras" do preconceito e para fazer com que o colega ajude o próximo. (ENTREVISTADO 01)

A inclusão destas crianças no sistema de ensino é viável, porque evita a exclusão, há troca de experiências, mas ainda é um processo difícil, pois não há preparação profissional, suporte didático, estrutura física, equipe de apoio etc. Visto que as crianças estão inseridas na sociedade e tem uma grande luta pela frente para ter o que é de direito. (ENTREVISTADO 02)

Para mim a inclusão de crianças com deficiências no sistema regular é necessário para todas as crianças, pois a convivência com o deficiente se faz em todo lugares. (ENTREVISTADO 03)

Sim. Desde que as escolas reconheçam e respondam às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado e uso de recursos e parceiras com a comunidade. (ENTREVISTADO 04)

É viável. Porque a escola permite que a criança se instrumentalize, construa condições de se inserir na sociedade da forma mais adequada possível, até mesmo como cidadão. Crianças com deficiências também fazem parte dessa sociedade. (ENTREVISTADO 05)

Sim. É viável porque só dessas crianças estarem frequentando os mesmo lugares que uma criança comum, já mostram pra ela que é igual a todas as outras crianças, a diferença entre elas é só que demoram um pouco mais pra aprender tem um pouco mais de dificuldade que as outras crianças mais tem a mesma capacidade de aprendizagem. (ENTREVISTADO 06)

A maioria das respostas foi afirmativa. Os entrevistados acreditam que a inclusão é o melhor caminho para que crianças com deficiências se desenvolvam, acessem o conhecimento e estejam em contato com outras relações a não ser a familiar. Além disto, demonstram a importância da escola estar preparada para o recebimento dessas crianças para que ao invés de excluir, a instituição insira incluindo efetivamente essa população.

Conforme a interpretação de Mantoan (2004), a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional que todos

independentes de suas necessidades, têm a uma educação de qualidade, e que a inclusão vai depender da capacidade de lidarmos com a diversidade e as diferenças.

Complementando a pergunta anterior, os entrevistados foram questionados se a inclusão pode contribuir para diminuir o preconceito e o por que.

Sim. Na maioria das vezes a turma se envolve e sempre quer ajudar um aluno especial o que diminui o preconceito. (ENTREVISTADO 01)

Acredito que a inclusão pode sim contribuir para diminuir o preconceito, pois cada indivíduo tem seu tempo de aprendizagem dentre outras limitações que devem ser respeitadas, é um direito de todos enquanto cidadão. Mas ainda há que se pensar em uma política pública que realmente favoreça está inclusão. (ENTREVISTADO 02)

Acredito muito porque em convivência com uma criança especial os alunos aprendem a serem solidários e mais tolerantes uns com os outros. (ENTREVISTADO 03)

Sim. As pessoas precisam aprender desde cedo que cada um tem sua particularidade, que devemos conhecer para respeitar e ter a consciência de que convivemos com seres humanos. (ENTREVISTADO 04)

Com certeza. O preconceito é gerado por aquilo que é desconhecido. Então, quando se conhece, quebram-se os estereótipos anteriormente criados. (ENTREVISTADO 05)

Acreditamos que sim. A inclusão diminui no preconceito não só pra criança especial mais pra todas as outras porque eles aprendem a reconhecer a necessidade do colega especial e a respeitá-lo, por isso a escola tem um outro papel nessa questão também. Ao presenciar uma cena de exclusão tem por obrigação mostrar e ensinar que não pode acontecer isso. As crianças estão na escola pra aprender isso também. É na escola que eles têm mais contato com os colegas e é a hora que tudo tem que ser mostrado, principalmente aprender a respeitar as necessidades dos outros sem excluir ninguém. (ENTREVISTADO 06)

Sim, é uma forma de tolerar as diferenças. (ENTREVISTADO 07)

Sim. Porque a convivência deles com os alunos especiais se torna rotineiro. E acaba ficando tudo normal. (ENTREVISTADO 08)

Assim como dito anteriormente, a inclusão fortalece as relações sociais e permite que a pessoa com deficiência acesse diversos meios e conseqüentemente as pessoas passam a ter

contato com este “desconhecido” reconstruindo uma nova imagem sobre tal. O conhecimento sobre determinado assunto promove a consciência uma quebra nas definições preexistentes.

✓ **Do papel e o posicionamento das famílias dessas crianças perante o processo de inclusão.**

Neste tópico, os entrevistados foram questionados sobre o papel e o posicionamento das famílias no processo de inclusão aos alunos com deficiência. Para estreitar o entendimento deste quesito, os entrevistados responderam sobre o papel da família e afirmaram que:

Cabe à família auxiliar a escolar nesse processo e dar orientações e sugestões de acordo com avanços da criança. (ENTREVISTADO 01)

A família tem o papel de acompanhar o desenvolvimento intelectual da criança na escola, estar em contato constante com a equipe pedagógica para dialogar a respeito do que está sendo realizado e o que pode ser feito em conjunto para a promoção da aprendizagem da criança. (ENTREVISTADO 02)

O papel da família e proporcionar junto com o centro de saúde todos os especialistas necessários a seu filho. (ENTREVISTADO 03)

A família deve buscar toda orientação que conseguir e não podem transferir toda a responsabilidade de criação do filho a esses profissionais. O trabalho deles só irá obter sucesso se tiver o apoio e participação da família em casa, mas é preciso haver essa vontade para que se possa auxiliar essa criança que irá confiar plenamente nos pais para que possa melhor se desenvolver. (ENTREVISTADO 04)

O papel da família é ser parceira da escola, oferecendo informações sobre a criança e acolher orientações desta. (ENTREVISTADO 05)

A família tem que ser a base pra uma criança, seja ela como for, no caso sendo especial, a atenção tem que ser redobrada, porque eles exigem isso. Se a criança tiver uma segurança em casa ela vai ir pra escola sem medo de nada. Vai ir mais confiante que pode aprender tudo que quiser aprender, sem se sentir diferente do colega de sala. A família tem o papel de ajudar na aprendizagem dessas crianças criando certas rotinas, perguntando sobre o que aprendeu como formas pra elas assimilarem mais o que estão aprendendo. (ENTREVISTADO 06)

Estar preparada e favorecer na medida do possível.
(ENTREVISTADO 07)

A família deve aceitar que seu filho não vai aprender iguais aos outros e sim de acordo com suas limitações.
(ENTREVISTADO 08)

E foram questionados sobre o posicionamento da família no processo de inclusão, se são colaboradoras ou motivo de impedimento.

Em grande parte colaboradora. (ENTREVISTADO 01)

Pelo que tenho visto na maioria das vezes a família tem dificuldade em aceitar, quando está deficiência não é visível (física), deixando a criança nas mãos da escola, como se fosse algo a ser resolvido com aulas de reforço, e em curto prazo, causando assim impedimento do seu desenvolvimento.
(ENTREVISTADO 02)

As famílias de alunos matriculados na Escola Municipal “João XXIII” são o maior impedimento de inclusão, pois a maioria delas acredita que só existam necessidades físicas não aceitando as necessidades intelectuais. (ENTREVISTADO 03)

Algumas famílias ainda têm receio de que a escola não tenha estrutura para receber o filho de forma adequada, portanto ainda há motivo de impedimento por parte das famílias.
(ENTREVISTADO 04)

A família se comporta de acordo com os referenciais de família que teve, cabendo a escola “trazê-la” para junto e orientar acerca do trato referente ao desenvolvimento da criança. Além da mudança histórica de papéis dos pais e filhos.
(ENTREVISTADO 05)

Não conheço, mas acredito pouco colaboradora.
(ENTREVISTADO 07)

A maioria não aceita as limitações dos filhos. Achem que os professores estão de marcação com os mesmos. Poucas são colaboradoras. (ENTREVISTADO 08)

A família tem um importante papel no processo de inclusão visto que a referência dessas crianças é o seio familiar. Para o aluno ter “segurança” no âmbito escolar e na sociedade, o apoio dos pais instruindo até mesmo com as orientações da escola é parte fundamental do processo da inclusão.

Nielsen (*apud* CORREIA, 2011, p.41) aponta que para que as crianças tenham uma

experiência educativa compensadora, os pais têm de ser também envolvidos no processo de inclusão. O professor, antes da colocação da criança na classe regular, deve convocar reuniões com os pais e deve, igualmente, convidá-los a visitar a classe em questão. É de primordial importância abrir portas de comunicação com os pais.

✓ **Dos desafios encontrados pelos profissionais da educação na efetivação dos direitos dos deficientes.**

Neste item buscamos compreender os desafios encontrados pelos profissionais da educação na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, para tal os entrevistados foram questionados como a Escola Municipal “João XXIII” supera as barreiras enfrentadas pelos discentes com deficiência neste espaço escolar.

Na tentativa de fazer com que o aluno se perceba na posição de um aluno especial para compreender as necessidades do outro e ajuda-lo de forma a não promover a discriminação e preconceito. (ENTREVISTADO 01)

Ainda é possível observarmos que mesmo acreditando na inclusão para a redução do preconceito no âmbito escolar, um dos desafios enfrentados pelas pessoas com deficiências é essa exclusão e que o trabalho da escola é a mediação desse impacto através do trabalho com os demais alunos. Ainda sobre esse bloco, foram questionados como se dá a interação professor-aluno em quadros complexos de deficiências.

Os professores têm muitas dificuldades em lidar com casos mais graves, pela falta de preparação e pela dificuldade de avaliar esses alunos considerando que eles sempre irão aprender de outras formas e que devem ser sempre adaptadas. (ENTREVISTADO 01)

Cabe ao profissional de AEE orientar o professor, criar o acesso para essa relação considerando as condições de cada quadro. Os professores estão inseguros quanto às deficiências apresentadas visto que estão diante do novo e desconhecem sobre. (ENTREVISTADO 05)

Apresentou-se, assim como no referencial teórico, a falta de preparo e formação dos docentes. É importante destacar, assim como na fala do entrevistado 05, o significativo papel do profissional de AEE nas orientações aos professores. Isso possibilitaria maior desenvolvimento aos discentes e impediria que deficiências graves fosse um bloqueio para o atendimento dos demais professores.

O professor de AEE deve acompanhar a trajetória acadêmica de seus alunos, no ensino regular, para atuar com autonomia na escola e em outros espaços de sua vida social. Para tanto, é imprescindível uma articulação entre o professor de AEE e os do ensino comum, de acordo com Mantoan et al (2010).

✓ **Da situação da Escola Municipal “João XXIII”, tanto pedagogicamente quanto estruturalmente, para o atendimento de crianças com deficiência e da formação dos docentes dessa instituição.**

Neste item, buscamos compreender a situação da Escola Municipal “João XXIII” no atendimento as crianças com deficiência e para isto os entrevistados foram questionados se essa instituição está preparada, no que diz sobre proposta pedagógica e estruturalmente, para receber crianças com deficiências.

Acho que ainda não está preparada. É necessário mais formações com os professores para ajudá-los a lidar com esses alunos e também mudanças no espaço físico para que todos os alunos com necessidades especiais tenham mais acesso. (ENTREVISTADO 01)

Não. A proposta pedagógica assim como a estrutura escolar, não conta com recursos físicos e didáticos específicos para receber estas crianças, a começar pela concepção de educação inclusiva, assim como os aspectos metodológicos dentre outros. (ENTREVISTADO 02)

A Escola Municipal “João XXIII” assegura todos os tipos de deficiência no PPP(projeto político pedagógico), quanto a proposta pedagógica onde contempla os conteúdos que devem ser estudados em cada ano não há campo específico para alunos especiais para estes alunos o documento que a escola deve ter e o PDI onde o mesmo e individual para cada aluno com necessidade especial. A escola quanto a estrutura física possui poucas adaptações sendo esta suficientes para os alunos matriculados a estrutura não coloca em risco a vida de nossos alunos sabe-se que algumas adaptações devem ser feitas na medida que recebem alunos com necessidades especiais. (ENTREVISTADO 03)

Não. Precisa de uma proposta pedagógica específica, estrutura física adequada da escola e capacitação dos profissionais para que esteja preparada para receber as crianças com deficiências. (ENTREVISTADO 04)

Está em construção. Através de formação para os professores, criação da sala de atendimento especializado. (ENTREVISTADO 05)

A Escola Municipal “João XXIII” tem sido muito eficiente com este tipo de criança. O que falta seria um professor que ficasse mais por conta dessas crianças dando algumas aulas, talvez fora do horário normal das aulas pra não tirar eles do contato com outras crianças porque alguns têm a necessidade de ter um acompanhamento com um professor mais individual. No meu caso, pago aula particular, mas tem pessoas que sabemos que não tem condições pra isso. Ajuda demais! Mas isso sabemos que a escola não oferece devido não ter essa vaga na prefeitura. Eu acho isso uma necessidade a ser pensada pela escola. Tirando isso, a escola tem dado apoio como acompanhamentos com o psicopedagogo que ajuda muito. (ENTREVISTADO 06)

Não, está tentando, caminhando... (ENTREVISTADO 07)

A escola faz o que pode, mas ainda está longe de ser uma escola apropriada para aluno com necessidade especial. (ENTREVISTADO 08)

Para fazermos a reflexão da pergunta anterior, o roteiro de perguntas indagava se as adaptações curriculares necessárias ao desenvolvimento de alunos com deficiências são feitas nesta instituição; e na aplicação, são observadas se são eficazes e se sofrem modificações conforme necessidade.

Na medida do possível. A partir da elaboração do PDI essa adaptação do currículo será mais evidente e poderá ser melhor observados os resultados. (ENTREVISTADO 01)

São aplicadas adaptações, ainda não suficientes, dentro das possibilidades reais ao qual se tem condições. Em sua aplicação são realizadas observações constantes, busca por estratégias adequadas para favorecer a aprendizagem. (ENTREVISTADO 02)

As adaptações curriculares são em os métodos utilizados não alcançam os objetivos, procuramos também descobrir a causa por que determinados alunos não desenvolvem sabemos que devemos sanar a causa para que atingirmos. (ENTREVISTADO 03)

Por enquanto estamos refletindo. Pouco eficazes. Às vezes dependendo do professor. (ENTREVISTADO 07)

Faz de uma maneira precária. Pois falta mais conhecimento no assunto. Apesar dos esforços e estudo de professores, coordenadores e diretor. As modificações são feitas, mais ainda não são satisfatórias. (ENTREVISTADO 08)

Podemos observar que as adaptações curriculares descritas por Glat (2007) ainda não são realizadas e os entrevistados apresentam uma dificuldade em apresentá-las de maneira eficazes, algumas vezes influenciadas pela formação do docente.

Moreira e Baumel (2001) apontam que as adaptações curriculares não podem correr o risco de produzirem na mesma sala de aula um currículo de segunda categoria, que possa denotar a simplificação ou a descontextualização do conhecimento. Com isso não querem dizer que o aluno incluído não necessite de adaptações curriculares, mas argumentam em favor de uma inclusão real, que repense o currículo escolar, que efetive um atendimento de qualidade.

Pensando nas adaptações e atendimento as necessidades educacionais, foi perguntado aos entrevistados a opinião sobre as salas de apoio às crianças com necessidades especiais de aprendizagem.

É muito importante, visto que é um auxílio a mais para essas crianças que já possuem muitas necessidades. (ENTREVISTADO 01)

As salas de apoio são de extrema importância pois visam viabilizar o processo de ensino-aprendizagem aos qual todo tem direito. (ENTREVISTADO 02)

A sala de apoio é muito útil para o desenvolvimento de aprendizagem dos alunos e apoio para o professor regente pois nela há materiais específicos para atender cada aluno específico além de ter um profissional especializado em inclusão. (ENTREVISTADO 03)

São fundamentais para a aprendizagem das crianças e facilita muito para os profissionais que estão envolvidos no processo de aprendizagem. (ENTREVISTADO 04)

A sala de AEE é o coração da inclusão, sem esta é impossível pensar em inclusão. O profissional da sala de AEE vai orientar na construção do plano de desenvolvimento individual – PDI e fazer junto o processo para que a inclusão se torne efetiva. (ENTREVISTADO 05)

Ainda não tem a referida sala. Mas é de suma importância ter a sala de apoio. Assim, alunos com necessidades especiais terão maior e melhor assistência. (ENTREVISTADO 08)

Segundo a Constituição Federal (1988, artigo 208), determina que esse atendimento educacional especializado ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino. É importante esclarecer que: a) esse atendimento refere-se ao que é necessariamente diferente da educação

em escolas comuns e que é necessário para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, complementando a educação escolar e devendo estar disponível em todos os níveis de ensino; b) é um direito de todos os alunos com deficiência que necessitem dessa complementação e precisa ser aceito por seus pais ou responsáveis e/ou pelo próprio aluno; c) o “preferencialmente” na rede regular de ensino significa que esse atendimento deve acontecer prioritariamente nas unidades escolares, sejam elas comuns ou especiais, devidamente autorizadas e regidas pela nossa lei educacional. d) o atendimento educacional especializado deve ser oferecido em horários distintos das aulas das escolas comuns, com outros objetivos, metas e procedimentos educacionais. e) as ações do atendimento educacional são definidas conforme o tipo de deficiência que se propõe a atender; f) os professores que atuam no atendimento educacional especializado, além da formação básica em Pedagogia, devem ter uma formação específica para atuar com a deficiência a que se propõe a atender. Assim como o atendimento educacional especializado, os professores não substituem as funções do professor responsável pela sala de aula das escolas comuns que têm alunos com deficiência incluídos.

Os entrevistados foram questionados sobre a participação em algum curso sobre a Educação Inclusiva, se a resposta fosse positiva, o que acharam deste.

Sim. Foi um curso muito teórico e não foi satisfatório. (ENTREVISTADO 01)

Já participei de um curso oferecido pela escola “João XXIII” a toda a equipe docente, durante uma semana, voltado a educação inclusiva. Foi um curso que trouxe conhecimento a respeito de alguns distúrbios de aprendizagem, relatos de experiências. Além de orientações com a psicopedagoga da rede. (ENTREVISTADO 02)

Já. Os cursos, palestras e conteúdos que estudei no curso de pedagogia reforçam que nunca estaremos totalmente preparados para trabalhar com inclusão, pois cada aluno necessita de um atendimento individual. (ENTREVISTADO 03)

Sim. Eu achei muito superficial, porque tivemos somente oficinas. Penso que além das oficinas que são aplicadas aos professores deveríamos visitar centros e/ou instituições que já atendem de forma eficiente às crianças com deficiências para experimentarmos na prática como é trabalhar com elas. (ENTREVISTADO 04)

Não. (ENTREVISTADO 07)

Sim. Gostei muito do curso. Mas a carga horária não foi suficiente para me ajudar com as crianças especiais. Preciso de mais capacitação. (ENTREVISTADO 08)

Os entrevistados apresentaram insatisfação quanto aos cursos participados. Estes profissionais entrevistados reconhecem que não têm capacitação suficiente para lidar com a demanda apresentada.

De acordo com Romanowski (2007, p.138), a formação continuada é uma exigência para os tempos atuais. Desse modo, pode-se afirmar que a formação do docente acontece num *continuum*, iniciada com a escolarização básica, que depois se complementa nos cursos de formação inicial, com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mercado de trabalho; continua ao longo da carreira do professor pela reflexão constante sobre a prática, continuidade dos estudos em cursos, programas e projetos.

Pensando ainda na formação, foi perguntado ao grupo de entrevistados sobre as orientações referentes ao trabalho com as crianças com deficiências; se são propostas alterações no planejamento das aulas; e se são oferecidos materiais para instrumentalizar essas adaptações.

Recebemos orientações da Psicopedagoga sobre as crianças que são atendidas por ela, e de outras que aguardam vagas. Também recebemos orientações da Psicóloga quando solicitada pela escola. Além de recebermos demonstração de equipamentos da sala de recursos e materiais artesanais que possam ser desenvolvidos para atender alguns tipos de necessidades. Oficina de inclusão com confecções de materiais e palestras com a psicopedagoga. (ENTREVISTADO 03)

As vezes. (ENTREVISTADO 04)

Algumas mas não eficazes. Não. Não. (ENTREVISTADO 07)

Sim. Mas mesmo fazendo alterações no planejamento a aplicação não é fácil. Pois o tempo não é suficiente. Alguns. (ENTREVISTADO 08)

Segundo Glat (2007) as adaptações curriculares, propriamente ditas, (...) são modificações do planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo, ou em aspectos dele, para acomodar os alunos com necessidades especiais. A realização de adaptações curriculares é o caminho para o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos. No entanto, identificar essas “necessidades” requer que os sistemas educacionais modifiquem não apenas as suas atitudes e expectativas em

relação a esses alunos, mas que se organizem para construir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades.

Portanto, em conjunto com os autores citados, os entrevistados demonstraram a falta de eficácia das políticas inclusivas realizadas na Escola Municipal “João XXIII”. Além disto, esses entrevistados apresentaram a importância das salas de atendimento educacional especializado e a busca por melhorias no ensino para alunos com deficiência. Foi destacada também a importância da frequência desses alunos nas instituições de ensino para a promoção e desenvolvimento, tanto na área educacional como no social e outras. É perceptível a importância da Educação Inclusiva, mas que infelizmente está fragilizada e muitas vezes parecem reais de acordo com as leis existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa, que teve como objetivo analisar a aplicação do modelo da Educação Inclusiva na Escola Municipal “João XXIII” no distrito de Morro D’Água Quente, na cidade de Catas Altas, observando os desafios e as conquistas para que este seja efetivado com sucesso nesta instituição, apresentou diversas vertentes sobre a Educação Inclusiva.

Abordamos inicialmente a divisão de classes no capitalismo: o proletariado e os capitalistas. Subdivide-se o proletário no segmento que é o lumpemproletariado, parte da população que não estava em meio ao processo de produção de mercadoria para a produção de mais – valia.

Este trabalho seguiu-se passando pela evolução do sistema capitalista e os desdobramentos que o mesmo gera para a sociedade. O trabalho é apresentado como a categoria fundante do Ser Social e não o categoriza somente a produção de mais – valia. Desde os primórdios, a forma de suprir as necessidades básicas como alimentação e vestuário era através de trabalho coletivo, na qual se davam as relações sociais. Esse conjunto recebe o nome de produção material da vida, mas é importante ressaltar que não é somente o trabalho o responsável pela formação do ser social.

Esse processo de produção material da vida leva o ser social à morte, visto que, o trabalhador passa a ser escravo do trabalho para atender a demanda a ser apropriada pelo capitalista. A produção de mercadorias é realizada com o objetivo de atender não somente as necessidades humanas, mas a uma demanda de mercado. É aí que podemos observar a sociedade de classes, sociedade esta que divide e exclui àqueles que não se apropriam das riquezas.

Para aumentar os níveis de riqueza, o capitalista procura meios para que a mercadoria atinja níveis máximos e conseqüentemente possa ser apropriada maior quantidade de mais – valia, e é através da superexploração do trabalhador que a mesma acontece. O Estado é criado então para amenizar a divisão entre as classes, porém não é este o papel que ele assume.

Os sujeitos desta pesquisa, as pessoas com deficiência, fazem parte da subdivisão do proletariado, o lumpemproletariado. Essa camada era tratada como incapazes de venderem sua força de trabalho e conseqüentemente não gerava ao capitalista a mais – valia.

Essas expressões citadas demonstram o pauperismo, que são expressões da questão social. A gênese da questão social está na apropriação exacerbada de riqueza pelo capitalista e em medida proporcional está a miséria dos trabalhadores (Lei Geral da Acumulação

Capitalista). O pauperismo não é um elemento único da questão social, sendo que as expressões da questão social é o objeto de trabalho dos Assistentes Sociais.

No decorrer histórico da sociedade, os trabalhadores passam a buscar pela conquista de direitos, visto que o Estado só prioriza a classe burguesa. Com isto, o Estado assume o papel de consenso a fim de diminuir as lutas dos trabalhadores.

Vimos também que as pessoas com deficiência eram tratadas nas próprias casas e em hospitais. Acreditava-se que a responsabilidade por essa parte da sociedade era da família e que só havia necessidade do trato da questão da saúde. Após estudos, viu-se a necessidade da promoção a essas pessoas com deficiência no ambiente educacional. Para atingir esse objetivo, os familiares dessa população em questão, lutaram pela criação de entidades onde fossem realizados os atendimentos como as APAES. Além disto, lutaram pela garantia de direitos a essa população, como direitos educacionais, acessibilidade, transporte...

Apresenta-se uma nova questão nos desdobramentos do capitalismo, a cidadania. Ela é entendida como fator que “liberta” a relação do capitalista com o proletariado, porém é necessário destacar que a cidadania é a forma política de reprodução do capital, uma ilusão de liberdade humana.

Tonet (2013) aponta que toda atividade educativa que pretenda contribuir para a formação de indivíduos efetivamente livres (...) deve ser como horizonte norteador a emancipação humana e não a emancipação política, da qual a cidadania é parte integrante. Portanto um homem livre é aquele que tem a capacidade de produzir riquezas para satisfazer suas necessidades, mas como isto não acontece e não irá acontecer no capitalismo, sabemos que a emancipação humana só é possível numa sociedade para além do capital, uma sociedade totalmente livre.

Ainda de acordo com Tonet (2013) pensar hoje em uma “educação emancipadora” é um pensamento perverso e alienado já que a sociedade capitalista impede que a população se torne livre, apresentando em níveis cada vez mais elevados os níveis de reprodução social sendo bruta e desumana.

Para tratar sobre emancipação humana é necessário pensar na reiteração da ordem social, na qual, busca-se a modificação da realidade vivida pelos trabalhadores, findando a exploração e níveis de pobreza da classe trabalhadora. Porém essas mudanças não estão tão acessíveis devido às consequências a classe burguesa e a força que esta realidade impõe na sociedade atual.

É necessário buscar a emancipação humana a fim de fazer com que os homens se

tornem livres, acima de qualquer exploração em prol do capital. Destacamos que a emancipação humana não é um objetivo impossível e que moverá a classe trabalhadora através dos movimentos sociais. A atuação do profissional do Serviço Social norteará os usuários para a transformação social orientando os caminhos para uma sociedade livre e sem exploração.

No segundo capítulo desta pesquisa, tratamos da Educação Inclusiva como conquista de direitos para a sociedade. A Educação Inclusiva é um modelo educacional que foi pensado para reduzir a segregação no âmbito escolar, objetivando-se a atender todos os alunos e suprir todas as necessidades educacionais destes.

Uma das estratégias desse modelo de ensino são as salas de atendimento educacional especializado – AEE, que são salas preparadas para o atendimento às necessidades de cada aluno com deficiência, com um professor especializado e capacitado para identificar as prioridades a serem atendidas de cada aluno. Este profissional orienta e planeja estratégias em conjunto com o professor regente das turmas para atingirem com sucesso o desenvolvimento desses alunos com deficiência.

Para a efetivação da Educação Inclusiva são necessárias adaptações curriculares, modificações no Projeto Político Pedagógico, adaptações de acessibilidade, mas para tal é preciso planejar e avaliar se as adaptações estão sendo eficazes para o desenvolvimento desses alunos.

Além disto, é necessário o trabalho multidisciplinar para realizar o atendimento da melhor maneira possível. Propor um trabalho baseado nos laudos médicos, psiquiátricos, com profissionais das áreas de atendimento psicossocial, fonoaudiólogos, psicopedagógicos, equipe pedagógica e outros.

Cada tipo de deficiência necessita de uma adaptação para que as necessidades educacionais sejam atendidas. Muitas vezes é necessário que os profissionais de sala de aula sugestionem aos pais o encaminhamento médico para a identificação de uma deficiência e somente após o laudo médico é possível o planejamento para suprir essas necessidades.

O terceiro capítulo aborda o objeto da pesquisa, a Escola Municipal “João XXIII”. Traz elementos de constituição da escola, equipe de profissionais bem como o perfil das famílias dos educandos, medidas propostas para a Educação Inclusiva na instituição através do Projeto Político Pedagógico.

Através das entrevistas, recurso utilizado para verificar a efetividade ou não das informações coletadas, foi possível observar que muitos tópicos estão somente no papel e não

conseguem se efetivar devido a diversos entraves, como por exemplo, a falta de laudos dos alunos para a obtenção da sala de atendimento educacional especializado.

Apesar dos profissionais da escola observarem a necessidade das adaptações, tanto curriculares quanto de acessibilidade, alegam a falta de formação para alcançarem estas mudanças.

Concluimos após estas exposições, que a educação na ordem capitalista segue medidas corretivas e não consegue agir efetivamente nas ações preventivas. Ou seja, as políticas educacionais são criadas para amenizar as disparidades apresentadas nas instituições de ensino, mas que, na maioria das vezes, não conseguem se tornar reais concretos e assumem papéis fantasiosos inalcançáveis. Muitas vezes essas leis são criadas a fim de promoverem o consenso para essa população. É válido destacar também, que muitas das políticas públicas não se efetivam devido a entraves políticos e econômicos.

Portanto, a sociedade só conseguirá atingir níveis emancipadores quando a ordem societária modificar-se, para além do capital. E assim as políticas sociais não precisarão ser implementadas devido à inexistência da acumulação capitalista e das consequências das expressões sociais. Sendo, desta forma, possível implementar de fato uma educação emancipadora.

APÊNDICE A

Roteiro de perguntas para entrevista

Bloco 1- Do papel da escola na inclusão de alunos com deficiências e as parcerias da escola com outras instituições que proporcionem o desenvolvimento destes discentes.

1.1- Do papel da escola na inclusão de alunos com deficiências.

01- Em sua opinião, qual o papel da escola na inclusão de alunos com deficiências?

02- O que deve ser feito para que a escola seja realmente efetiva e faça com que os alunos se tornem presentes na escola, participando e aprendendo?

1.2- As parcerias da escola com outras instituições que proporcionem o desenvolvimento destes discentes.

03- Existe um trabalho em rede ou em cooperação com outros órgãos?

Bloco 2- Da inserção de crianças com deficiência no sistema de ensino regular e os impactos da inclusão.

2.1- Da inserção de crianças com deficiência no sistema de ensino regular.

04- Para você, a inclusão de crianças com deficiência no sistema regular de ensino é viável? Por quê?

2.2 - Os impactos da inclusão.

05- Você acredita que a inclusão pode contribuir para diminuir o preconceito? Por quê?

Bloco 3- Do papel e o posicionamento das famílias dessas crianças perante o processo de inclusão.

3.1 – Do papel das famílias.

06- Qual o papel da família na inclusão de alunos com deficiências no ensino regular?

3.2- Do posicionamento das famílias dessas crianças perante o processo de inclusão.

07- Pela sua experiência, como tem sido a participação da família no processo de inclusão? Colaboradora ou motivo de impedimento?

Bloco 4- Dos desafios encontrados pelos profissionais da educação na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

4.1- Dos desafios encontrados pelos profissionais da educação na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

08-Como a Escola Municipal “João XXIII” supera as barreiras enfrentadas pelos discentes com deficiência neste espaço escolar?

09- Como se dá a interação professor-aluno em quadros complexos de deficiências graves ou em casos de psicose? Como reconhecer se os professores ficam inseguros? Como se trabalhar com esses desafios?

Bloco 5- Da situação da Escola Municipal “João XXIII”, tanto pedagogicamente quanto estruturalmente, para o atendimento de crianças com deficiência e da formação dos docentes dessa instituição.

5.1- Da situação da Escola Municipal “João XXIII”, tanto pedagogicamente quanto estruturalmente, para o atendimento de crianças com deficiência.

10- A Escola Municipal “João XXIII” está preparada, no que diz sobre proposta pedagógica e estruturalmente, para receber crianças com deficiências?

11- As adaptações curriculares necessárias ao desenvolvimento de alunos com deficiências são feitas nesta instituição? Na aplicação, são observadas se são eficazes? Sofrem modificações conforme necessidade?

12- Qual é sua opinião sobre as salas de apoio às crianças com necessidades especiais de aprendizagem?

5.2- Da formação dos docentes dessa instituição.

13-Você já participou de algum curso sobre Educação Inclusiva? Se sim, o que achou deste?

APÊNDICE B

Roteiro de perguntas para entrevista

Bloco 1- Do papel da escola na inclusão de alunos com deficiências e as parcerias da escola com outras instituições que proporcionem o desenvolvimento destes discentes.

1.1- Do papel da escola na inclusão de alunos com deficiências.

01- Em sua opinião, qual o papel da escola na inclusão de alunos com deficiências?

1.2- As parcerias da escola com outras instituições que proporcionem o desenvolvimento destes discentes.

03- Existe um trabalho em rede ou em cooperação com outros órgãos?

Bloco 2- Da inserção de crianças com deficiência no sistema de ensino regular e os impactos da inclusão.

2.1- Da inserção de crianças com deficiência no sistema de ensino regular.

04- Para você, a inclusão de crianças com deficiência no sistema regular de ensino é viável? Por quê?

2.2 - Os impactos da inclusão.

05- Você acredita que a inclusão pode contribuir para diminuir o preconceito? Por quê?

Bloco 3- Do papel e o posicionamento das famílias dessas crianças perante o processo de inclusão.

3.1 – Do papel das famílias.

06- Qual o papel da família na inclusão de alunos com deficiências no ensino regular?

3.2- Do posicionamento das famílias dessas crianças perante o processo de inclusão.

07- Pela sua experiência, como tem sido a participação da família no processo de inclusão? Colaboradora ou motivo de impedimento?

Bloco 5- Da situação da Escola Municipal “João XXIII”, tanto pedagogicamente quanto

estruturalmente, para o atendimento de crianças com deficiência e da formação dos docentes dessa instituição.

5.1- Da situação da Escola Municipal “João XXIII”, tanto pedagogicamente quanto estruturalmente, para o atendimento de crianças com deficiência.

08- A Escola Municipal “João XXIII” está preparada, no que diz sobre proposta pedagógica e estruturalmente, para receber crianças com deficiências?

09- As adaptações curriculares necessárias ao desenvolvimento de alunos com deficiências são feitas nesta instituição? Na aplicação, são observadas se são eficazes? Sofrem modificações conforme necessidade?

10- Qual é sua opinião sobre as salas de apoio às crianças com necessidades especiais de aprendizagem?

11- Você recebe orientações sobre a atuação profissional para com alunos com deficiência? São propostas alterações no planejamento das aulas? São oferecidos materiais para instrumentalizar essas adaptações?

5.2- Da formação dos docentes dessa instituição.

12- Você já participou de algum curso sobre Educação Inclusiva? Se sim, o que achou deste?

APÊNDICE C

Roteiro de perguntas para entrevista

Bloco 1- Do papel da escola na inclusão de alunos com deficiências e as parcerias da escola com outras instituições que proporcionem o desenvolvimento destes discentes.

1.1- Do papel da escola na inclusão de alunos com deficiências.

01- Em sua opinião, qual o papel da escola na inclusão de alunos com deficiências?

02- O que deve ser feito para que a escola seja realmente efetiva e faça com que os alunos se tornem presentes na escola, participando e aprendendo?

1.2- As parcerias da escola com outras instituições que proporcionem o desenvolvimento destes discentes.

03- Existe um trabalho em rede ou em cooperação com outros órgãos?

Bloco 2- Da inserção de crianças com deficiência no sistema de ensino regular e os impactos da inclusão.

2.1- Da inserção de crianças com deficiência no sistema de ensino regular.

04- Para você, a inclusão de crianças com deficiência no sistema regular de ensino é viável? Por quê?

2.2 - Os impactos da inclusão.

05- Você acredita que a inclusão pode contribuir para diminuir o preconceito? Por quê?

Bloco 3- Do papel e o posicionamento das famílias dessas crianças perante o processo de inclusão.

3.1 – Do papel das famílias.

06- Qual o papel da família na inclusão de alunos com deficiências no ensino regular?

3.2- Do posicionamento das famílias dessas crianças perante o processo de inclusão.

07- Pela sua experiência, como tem sido a participação da família no processo de inclusão? Colaboradora ou motivo de impedimento?

Bloco 4- Dos desafios encontrados pelos profissionais da educação na efetivação dos direitos das pessoas com deficiências.

4.1- Dos desafios encontrados pelos profissionais da educação na efetivação dos direitos das pessoas com deficiências.

08- Como se dá a interação professor-aluno em quadros complexos de deficiências graves ou em casos de psicose? Como reconhecer se os professores ficam inseguros? Como se trabalhar com esses desafios?

Bloco 5- Da situação da Escola Municipal “João XXIII”, tanto pedagogicamente quanto estruturalmente, para o atendimento de crianças com deficiência e da formação dos docentes dessa instituição.

5.1- Da situação da Escola Municipal “João XXIII”, tanto pedagogicamente quanto estruturalmente.

10- A Escola Municipal “João XXIII” está preparada, no que diz sobre proposta pedagógica e estruturalmente, para receber crianças com deficiências?

12- Qual é sua opinião sobre as salas de apoio às crianças com necessidades especiais de aprendizagem?

APÊNDICE D

Roteiro de perguntas para entrevista

Bloco 1- Do papel da escola na inclusão de alunos com deficiências e as parcerias da escola com outras instituições que proporcionem o desenvolvimento destes discentes.

1.1- Do papel da escola na inclusão de alunos com deficiências.

01- Em sua opinião, qual o papel da escola na inclusão de alunos com deficiências?

02- O que deve ser feito para que a escola seja realmente efetiva e faça com que os alunos se tornem presentes na escola, participando e aprendendo?

1.2- As parcerias da escola com outras instituições que proporcionem o desenvolvimento destes discentes.

03- Existe um trabalho em rede ou em cooperação com outros órgãos?

Bloco 2- Da inserção de crianças com deficiência no sistema de ensino regular e os impactos da inclusão.

2.1- Da inserção de crianças com deficiência no sistema de ensino regular.

04- Para você, a inclusão de crianças com deficiência no sistema regular de ensino é viável? Por quê?

2.2 - Os impactos da inclusão.

05- Você acredita que a inclusão pode contribuir para diminuir o preconceito? Por quê?

Bloco 3- Do papel das famílias dessas crianças perante o processo de inclusão.

3.1 – Do papel das famílias.

06- Qual o papel da família na inclusão de alunos com deficiências no ensino regular?

Bloco 5- Da situação da Escola Municipal “João XXIII”, tanto pedagogicamente quanto estruturalmente, para o atendimento de crianças com deficiência e da formação dos docentes dessa instituição.

5.1- Da situação da Escola Municipal “João XXIII”, tanto pedagogicamente quanto estruturalmente.

07- A Escola Municipal “João XXIII” está preparada, no que diz sobre proposta pedagógica e estruturalmente, para receber crianças com deficiências?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAS, Catas. Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “João XXIII”, 2014, Catas Altas – Minas Gerais.

BRASIL. Constituição Federal (1988, artigo 208). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal. Institui o dever do Estado com a educação.

BRASIL. Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

BRASIL. Lei 13.146/2015, de 06 de julho de 2015. Institui o estatuto da pessoa com deficiência para assegurar e promover condições de igualdade, exercício dos direitos e das liberdades fundamentais.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho, Comissão de Estudos para inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho. A Inserção da pessoa portadora de deficiência e do beneficiário reabilitado no mercado de trabalho; (2001). Brasília/ DF.

BRASIL. Resolução nº 2, 2001 do Conselho Nacional de Educação. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

CORREIA, Sónia Manuela de Oliveira. A relação escola/ família na educação de crianças com NEE na perspectiva de pais e professores, 2011, Lisboa, Escola Superior Almeida Garrett.

GLAT, Rosana. Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar, 2007. (Rio de Janeiro, Editora 7 letras)

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

MACEDO, Carmen. Uma reflexão acerca da práxis política do movimento dos atingidos por barragens – MAB, 2015, Juiz de Fora, UFJF-MG)

MARX, Karl. (1985c). O capital: crítica da economia política. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, livro II.

MARX, Karl. (1867). O capital: Crítica da Economia Política. Coleção Os Economistas. Vol. I, T1, São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

MEC/SEESP. Portaria nº 555 de 05 de junho de 2007. Dispõe sobre a Educação Inclusiva.

MOREIRA, L.C; BAUMEL, R.C.R.de. C. Currículo em Educação Especial: tendência e debates. Educar, Curitiba, nº. 17, p.125-137. Editora da UFPR.

portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais – Portal do INEP. Acesso em 08/08/2016, as 18h 02 min.

portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei7853.pdf – Portal do MEC. Acesso em 29/07/2016, às 09h 43min.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. Formação e Profissionalização docente. Curitiba: IbpeX, 2007. LOIOLA, Rita. Formação continuada. Revista nova escola. São Paulo: Editora Abril. nº: 222.p.89, maio 2009.

TONET, Ivo. A Educação Numa Encruzilhada. **IN:** Trabalho, sociabilidade e educação - uma crítica à ordem do capital. MENEZES, Ana M. D. e FIGUEIREDO, Fábio F. (orgs). Fortaleza: UFC, 2003, p. 201-219. **IN:** Educação contra o capital. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.